

ISSN 1980315-X



**Impresso
Especial**

0334/2001-DR/RS
ADUFRGS

...CORREIOS...

ADverso

Nº 153 - Janeiro / 2008



Movimento Docente Busca Alternativas

A falta de registro sindical, o crescente aparelhamento partidário e o apoio político e financeiro da Andes às invasões de reitorias em todo o País empurram ADs a questionar a relação com a entidade nacional.

Fique por dentro da crise que se instalou na Andes e das alternativas que estão sendo construídas.

Quem disse que férias em Porto Alegre não têm graça?



Aproveite os convênios de cultura, lazer e entretenimento da **Adufrgs**.

Veja a lista completa no site
www.adufrgs.org.br

Adufrgs

ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA UFRGS

30
ANOS 1976-2006

Adufrgs
ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA UFRGS

30
ANOS
1976-2006

Seção Sindical da Andes-SN
Rua Otávio Corrêa, 45 Porto Alegre/RS
CEP 90050-120 Fone/Fax: (51) 3228.1188
E-mail: adufrgs@portoweb.com.br
Home Page: <http://www.adufrgs.org.br>

Diretoria

Presidente: Eduardo Rolim de Oliveira
1º vice-presidente: Cláudio Scherer
2º vice-presidente: Lúcio Hagemann
1º secretário: Lúcio Olímpio de Carvalho Vieira
2ª secretária: Maria Luíza A. Von Holleben
1ª tesoureira: Marcelo Abreu da Silva
2ª tesoureira: Maria da Graça Saraiva Marques
1º suplente: Mauro Silveira de Castro
2º suplente: José Carlos Freitas Lemos

ADverso

Publicação mensal impressa em
papel *Reciclato* 75 gramas
Tiragem: 4.500 exemplares
Impressão: Comunicação Impressa
Produção e edição: Verdeperto
Editora: Maricélia Pinheiro (MG 05029 JP)

ISSN 1980315-X



9 771980 315002 00153

Reportagem: Maricélia Pinheiro,
Clarissa Pont e Zaira Machado (7812)
Fotos: Clarissa Pont (13302)
Ilustrações: Mario Guerreiro
Capa: Mario Guerreiro
Projeto Gráfico e Diagramação: Marcos Guimarães

Negociar é preciso, Viver não é preciso

Parafraseando o grande Fernando Pessoa, podemos caracterizar o tempo que vivemos no Movimento Sindical, sobretudo no Movimento dos Professores Universitários, o Movimento Docente. Movimento que se quer decente, que se quer eficiente e representativo dos anseios dos seus verdadeiros representados, que são todos os professores das Universidades Federais. Essa edição da revista Adverso inicia um importante debate, que certamente estará presente no decorrer deste ano especial, o ano em que se comemora os 30 anos da Adufrgs.

A divisão e a ruptura no Movimento Docente é flagrante e não pode mais ser escondida ou ignorada. A decisão da Assembléia Geral da entidade, realizada no final de 2007, que decidiu não enviar delegados ao 27º Congresso da Ande, marca uma inflexão importante na relação entre a entidade local e a entidade nacional. Inaugura-se um debate necessário e polêmico, que pode cristalizar a visão majoritária das últimas Assembléias: levar à ruptura da vinculação entre as entidades. Está é claramente a posição da Diretoria da Adufrgs, que já apresentou pública e transparentemente sua opção. Em 2007, os associados da Adufrgs decidiram não participar de uma série de eventos da Ande, todas decisões refletidas e amadurecidas, passo a passo.

Os motivos para tal posicionamento são os mais diversos, e as matérias desta e das próximas edições se encarregarão de discutir o atrelamento crescente da Ande a correntes políticas absolutamente minoritárias na sociedade, que se aproveitam de um aparelho milionário para financiar sua política – vide os R\$ 450 mil destinados aos estudantes para invasão de Reitorias e realização de Congressos, como o do DCE da Ufrgs. Espaços esses nos quais o que menos se vê é debate plural e democrático, mas sim a doutrinação pura e simples – e a submissão completa da política da entidade à Conlutas, partido político disfarçado, que leva a repelir todo e qualquer espaço de diálogo social e ao afastamento das Mesas de Negociação, como se viu na retirada das Mesas de discussão do Sistema de Negociação Coletiva Permanente Federal – Sinc/Federal e da discussão do PLP01/07.

Outros temas, como a falta de registro sindical e os riscos daí decorrentes também são arrolados. Mas fundamentalmente, a questão crucial para este afastamento progressivo da entidade dos professores das Ifes é a compulsão atávica que a Ande tem de se recusar a negociar e assinar acordos. Podemos, nos últimos 10 anos referir muitos exemplos típicos desta conduta, e para não ser cansativo, vamos recordar apenas alguns. Em 2001, a Fasuba obteve a incorporação da GAE, a Ande que não cede nada, ganhou apenas 12% linear. Em 2003, o bordão era “Vamos barrar esta Reforma”, que tinha a mais séria miopia política de não entender a correlação de forças do período, da aliança entre o governo federal e os estaduais para retirar os direitos previdenciários dos servidores. Muita inteligência e articulação teriam sido necessárias para se obter mudanças no projeto. Nada se negociou, nada se obteve. Em 2004, a Ande foi a única entidade dos servidores federais a não assinar acordo, e ganhou de presente uma MP (MP295) que era pior que a proposta original do governo (a famosa proposta de abril). Este fracasso vai para os anais dos maiores equívocos da história do Sindicalismo. Em 2007, após três meses de negociação a Ande se recusou a assinar o Termo de Acordo, assinado pelo Proifes e pela CUT. Este Acordo, que estamos agora lutando para que se efetive – sem o auxílio da Ande, que torce para que tudo dê errado, é claro! – traz, com sete anos de atraso, a incorporação da GAE, a GED plena para os aposentados (10 anos de luta inglória da Ande) e uma real valorização da Carreira Docente, com a recomposição da Classe de Associado e Titular, elevando o topo da Carreira para valores reais, em 2010, superiores aos que existiam em 1995. Ou seja, o início da recuperação das perdas históricas. Era tudo o que queríamos? Não, mas é necessário que se entenda que nem sempre é possível obter tudo em uma Mesa, em um regime democrático, que aliás defendemos, como a Ande defendia, quando criada em 1981. Foi por isso que dos 401 professores da Ufrgs que votaram, apenas 12 não disseram SIM ao acordo. Foi por isso que mais de 90% dos mais de quatro mil professores que o Proifes consultou fizeram o mesmo.

A tese de pedir tudo para ganhar alguma coisa, demonstra uma visão estreita e equivocada do que é ser sindicato e do que é negociar. É a demonstração cabal de uma postura que não quer avançar nas conquistas, na medida do acúmulo de forças e da mobilização que se tem, mas sim apenas a afirmação de posições políticas, que só querem se valer das máquinas sindicais para acumular capital político para correntes minoritárias na sociedade e na Universidade.

Os docentes não querem mais isso, querem um sindicalismo de verdade, que os defenda e os represente. Que seja capaz de ter propostas efetivas e exequíveis nas Mesas, e que seja capaz de mobilizar e de informar. Não são contra a greve em princípio, mas acreditam que este é um dos instrumentos mais importantes dos trabalhadores, e que deve ser usada não como primeiro passo, mas quando não há mais possibilidades de avançar nas Mesas de Negociação.

Lembrando, para concluir, o poeta Pessoa, “Navegar é Preciso...”, navegar em direção a novos caminhos. Mesmo que não saibamos onde iremos chegar, como os navegantes do Séc. XV, mas que apesar disso navegaram e mudaram o rumo da humanidade. Claro que somos mais modestos, só queremos mudar o rumo do Movimento Docente!

Eduardo Rolim de Oliveira
Presidente da Adufrgs

ÍNDICE

4 SEGURIDADE SOCIAL

5 NOTA PÚBLICA

6 ENTREVISTA
“Cada Sociedade Define Para Si o Que É Violência”
Mirtes Miriam Amorim

8 VIDA NO CAMPUS

10 GERUNDISMO
O FAZER CONSTANTE

12 ARTIGO
Estou Estando
Por Carlos nader

13 CENTRAL
O Novo Movimento Docente e os Caminhos Para a Reconstrução

17 NOTÍCIAS

18 PRESTAÇÃO DE CONTAS / CONVÊNIOS

20 ARTIGO
Voto Não é Democracia
Por Círio Simon

21 OBSERVATÓRIO

22 NAVEGUE

23 ORELHA

24 HIPERMÍDIA
“A Aurelio González,
Pela Confiança de Que
Haveria Futuro”

26 + 1

27 A História de Quem Faz

PREVIDÊNCIA DO FUNCIONALISMO

Estados podem perder verbas

Sete Estados e mais o Distrito Federal deixarão de receber apoio financeiro voluntário da União depois de 30 de junho se até lá não estiver em funcionamento, e subordinado a um único gestor, o sistema de previdência do funcionalismo.

Desde a aprovação da Reforma da Previdência, está vedada "a existência de mais de um regime próprio de previdência para os servidores" e "de mais de uma unidade gestora em cada ente estatal". De acordo com as novas normas, o regime estadual de aposentadoria e pensões deve ser um só para os funcionários dos três poderes e homogeneizados os critérios de distribuição de direitos e obrigações. Servidores da Justiça, da Assembleia, do Tribunal de Contas e do Ministério Público se submeterão às regras previdenciárias dos demais funcionários do Estado.

A partir de 1º de julho, o Estado que não tiver adotado o novo regime deixará de receber o Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP), fornecido pela Secretaria de Políticas da Previdência Social, órgão fiscalizador subordinado ao Ministério da Previdência Social. A ausência do CRP, revalidado a cada três meses, impede o acesso às transferências voluntárias da União. Ou seja, os Estados só receberão verbas constitucionais –

limitadas praticamente ao rateio de impostos – e estará suspenso o dinheiro resultante de convênios, financiamentos de bancos oficiais e outros recursos negociados bilateralmente. As restrições podem atingir obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e até verbas do Ministério dos Esportes para a eventual construção de estádios para a Copa do Mundo de 2014. Ficam suspensos também os avais da União para empréstimos do Banco Mundial (Bird) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Além do Distrito Federal, os Estados que ainda não regularizaram sua situação são Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul, Alagoas, Rondônia e Amapá. Os oito governadores ficaram de enviar, ainda este mês, uma carta ao Ministério se comprometendo a articular com os demais poderes a aprovação do regime único.

Enquanto cobra dos Estados, o governo federal toma providências para unificar a gestão do regime previdenciário dos seus

próprios servidores. A unificação no âmbito federal será proposta por projeto de lei já em elaboração pelo Ministério do Planejamento, a ser encaminhado ainda neste trimestre ao Congresso. A idéia é criar um fundo gerido por um conselho composto por representantes dos três poderes. Hoje, cada poder administra o pagamento de seus inativos. Como acontece nos Estados, o governo federal não tem acesso à estrutura das folhas salariais dos outros poderes.

Ainda que seja implementada até junho, a unificação na União, nos Estados e nos municípios corre risco de ser anulada pela Justiça. Trâmite no Supremo Tribunal Federal (STF), desde agosto de 2004, uma ação direta de inconstitucionalidade (Adin) contra o parágrafo 20 do artigo 40 da Carta Magna, incluído na Emenda Constitucional 41 justamente para regulamentar a gestão unificada. Alega-se violação da autonomia dos poderes, "cláusula pétrea" da Constituição.

(Fonte: Valor Online)

Cai o déficit da Previdência

O crescimento da economia, o bom desempenho do mercado e trabalho (em 2007, o Caged registrou a criação de 1,6 milhão de postos formais) e as medidas de gestão adotadas ao longo do ano passado foram responsáveis pela inversão da tendência de crescimento do déficit da Previdência Social. A análise foi feita no dia 22 de janeiro pelo ministro da Previdência, Luiz Marinho, ao anunciar o resultado do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) em 2007. "Com o crescimento da economia nos últimos anos e as medidas de gestão, entramos em um processo de reversão do déficit. A retomada da economia tem dois efeitos, melhora a cobertura previdenciária, com a inclusão de mais trabalhadores, e melhora a

arrecadação", afirmou.

O ministro explicou que, com base no novo conceito de contabilidade da Previdência, o déficit em 2007 foi de R\$ 537,7 milhões. Por esta metodologia, são contabilizados como receita os aportes do Tesouro Nacional para cobrir os gastos com o pagamento de aposentadorias rurais, as renúncias fiscais para entidades filantrópicas e a parcela da arrecadação do Simples. Marinho destacou que, mesmo com a antecipação de parte do pagamento dos beneficiários em dezembro, o que representou uma despesa extra de R\$ 2,7 bilhões em 2007, a necessidade de financiamento do RGPS caiu de 1,8% do Produto Interno Bruto (PIB) para 1,75%. Caso parte do pagamento não tivesse sido

antecipada de janeiro para dezembro, o déficit teria ficado em 1,62% do PIB.

Marinho acredita na manutenção da tendência de redução do déficit este ano, mesmo com a crise da economia americana. Segundo ele, embora haja um pequeno impacto por conta da crise, a economia brasileira está sólida e robusta, totalmente capaz de responder aos desafios externos. "A economia brasileira não é mais dependente do mercado internacional, principalmente dos Estados Unidos, como no passado. Há um ligeiro impacto na bolsa, mas as empresas irão se ajustar. Além do aumento na demanda interna, nos últimos anos conquistamos outros mercados", disse o ministro.

(Fonte: Ministério da Previdência)

Entidades se unem para evitar cortes na educação

Em nota divulgada no dia 17 de janeiro, durante o 30º Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), dez entidades ligadas à área buscam o engajamento da sociedade para garantir que não haja cortes de recursos para a educação em 2008.

As entidades querem também o fim da Desvinculação das Receitas da União (DRU), aprovada em dezembro pelo Senado Federal. De acordo com o presidente do Fórum de Professores das Ifes (Proifes), Gil Vicente Reis de Figueiredo, a DRU representa mais da metade do orçamento de todas as universidades federais, retirando aproximadamente R\$ 6 bilhões da educação.

Para o presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), reitor Arquimedes Diógenes Ciloni, da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), não se pode permitir que "qualquer corte

no orçamento coloque em risco programas de fundamental importância para o Plano de Desenvolvimento de Educação, como, por exemplo, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) e a expansão das universidades federais".

O secretário geral da CNTE, Roberto Leão, disse que a nota expressa uma preocupação antiga das entidades ligadas ao ensino. "É hora de o governo entender a educação como algo estratégico para o País", afirmou. A coordenadora-geral da Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras (Fasubra), Lea

de Souza Oliveira, lembrou que a união de entidades ligadas ao ensino, reunindo segmentos da educação básica à superior demonstra o entendimento de que esta área deve ser vista de forma integrada.

As entidades já solicitaram audiência com o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, com o presidente da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia, e com o relator do Orçamento no Congresso Nacional, José Pimentel. Os cortes no Orçamento de 2008 ainda serão definidos em fevereiro, quando o Congresso Nacional encerra o recesso parlamentar.

(Fonte: Andifes)

Nota pública à sociedade brasileira Educação é Prioridade

As entidades signatárias desta nota vêm expressar seu compromisso com a educação pública, gratuita, laica, democrática e de qualidade social, estratégica para o desenvolvimento nacional, autônomo e soberano.

A história de nosso País tem sido demarcada pela injustiça social e pela concentração de renda, fatores que distanciam a maioria da população do acesso à educação básica e superior e, portanto, levam à desvantagem na busca do emprego e de condições melhores de vida, elementos básicos para o exercício da cidadania.

Desta forma, é fundamental garantir recursos orçamentários crescentes para a educação, bem como manter e ampliar as políticas de universalização da educação básica, com programas como o Piso Salarial Nacional para os profissionais da esfera pública que nela trabalham e o Fundeb.

e consolidar o ensino profissional, aumentando significativamente a oferta de técnicos e tecnólogos, assim como manter e ampliar as políticas de incentivo às universidades públicas, centros de pesquisa e de produção de conhecimento. Para isso, é imperativo expandir as redes dessas instituições, garantindo-se a democratização do acesso, a melhoria das condições de permanência dos estudantes e a assistência estudantil.

Nesse contexto, é essencial valorizar os professores e técnico-administrativos que trabalham na educação, devidamente qualificados e, no caso de instituições públicas, contratados por concurso público.

Igualmente relevante é a regulamentação do setor privado, como concessão do poder público.

Entendemos que é imprescindível que os recursos para a educação não sejam submetidos a restrições, cortes ou contingenciamentos, ao sabor da

conjuntura e de eventuais desequilíbrios tributários decorrentes da apropriação crescente da renda nacional por interesses particulares. Nesse sentido, exigimos que não sejam interrompidos, em hipótese alguma, programas de expansão/qualificação da educação e processos de valorização dos profissionais da área.

É, portanto, dever do Governo e do Congresso Nacional garantir os recursos necessários à educação. Conclamamos, assim, toda a sociedade a se engajar nesta luta importante para o país, neste momento em que será votado o Orçamento da União.

**NENHUM CORTE DE RECURSOS
NA EDUCAÇÃO
FIM DA DESVINCULAÇÃO DOS
RECURSOS DA UNIÃO – DRU**

Andifes, CNTE, Conset, Consed,
Contee, Fasubra, Proifes, Ubes, UNE,
Undimed

“Cada sociedade define para si o que é violência”

Mirtes Miriam Amorim



G. V. G. / ADUFC

Doutora em Filosofia Política pela USP e professora do Departamento de Filosofia da Universidade Federal do Ceará (UFC), Mirtes Miriam Amorim é vice-presidente da Associação de Docentes da UFC (ADUFC) e milita no Movimento Docente desde o final da década de 90. Autora do livro “Labirintos da Autonomia – A utopia socialista e o imaginário em Castoriadis”, baseado em sua tese de doutorado sobre o pensamento desenvolvido pelo filósofo grego Cornelius Castoriadis, atualmente trabalha com os temas democracia e cidadania, sobre os quais tem vários artigos publicados. Nesta entrevista ela fala sobre o confronto de significações como gerador da violência, ética e caos.

por **Maricélia Pinheiro**



Adverso – A definição do “bem” é diferente em momentos históricos diferentes e em culturas diferentes?

Mirtes Miriam Amorim – Sim, cada cultura define para si mesma o que considera o bem e o mal para a sociedade, de modo a garantir a união e a permanência da mesma. O conteúdo desse bem varia, portanto, no tempo e no espaço, de uma sociedade para a outra. A ética sempre

buscou um elemento invariante, que pudesse ter uma validade universal e absoluta.

Adverso – Qual o limite de subjetividade da ética?

Mirtes Amorim – Não se trata propriamente de subjetividade da ética. Mas, diríamos que um dos grandes desafios da ética, é justamente a busca desse elemento universal, que pudesse dar conta de toda a humanidade, independentemente da cultura ou do social-histórico. As éticas humanistas, que têm como referencial último o bem comum da humanidade ou a busca da justiça e da felicidade humana apontam para a liberdade ou a autonomia como esse fim último, tanto em sua dimensão individual, como coletiva. Daí a estreita e necessária vinculação entre ética e política, uma vez que ambas devem aspirar ao bem individual e coletivo. A realização de um implica na realização do outro. A dissociação da ética e da política, característica da modernidade, tem se constituído historicamente em um problema monumental, com todas as consequências que conhecemos muito bem.

Enfim, trata-se não da subjetividade da ética, mas de sua historicidade ou fundação histórica da moralidade. Trata-se de tentar encontrar, nesse universo diverso da moralidade histórica, valores substantivos que sejam válidos para a toda a humanidade, independentemente do tempo e do lugar. Por exemplo, aqueles que fundam os Direitos Humanos.

Adverso – A violência é gerada a partir do confronto de significações?

Mirtes Amorim – Talvez devêssemos perguntar antes: o que define a violência? A resposta imediata seria: o que atenta contra a integridade física e psíquica do ser humano. Mas, aí esbarramos com as significações imaginárias sociais, que constituem o suporte dos valores morais e políticos. Elas são criações históricas e culturais e operam nas entrelinhas da ética. E são elas que afinal vão definir o que é ou não violência naquela sociedade.

À pergunta acima, responderíamos que por um lado, sim, porque cada sociedade define para si o que é violência, como negação do bem. Daí, os problemas delicados de confrontação com outras culturas, com seus valores e significações diferentes. Mas, por outro lado, é possível falarmos de valores humanos universais? É essa a questão clássica da ética. E o seu objetivo é a busca do Bem. Busca-se um invariante universal que nos permita estabelecer princípios válidos para toda a humanidade. A vida humana é apontada como esse invariante, embora historicamente não respeitado. O que temos, na verdade, é a negação da vida. Mata-se “em nome da paz” populações inteiras e destroem-se culturas de forma legal, como nas guerras. Nações inteiras são dizimadas pouco a pouco pela fome, pela ignorância e pela indiferença mundial.

A ética e a política apontam para a valorização da vida, qualificada como livre e autônoma. E nesse sentido, recusam a violência sob qualquer forma e figura que ela se apresente.

Adverso – O caos é a ausência de ordem ou outra concepção de ordem possível?

Mirtes Amorim – Falar sobre o caos é difícil para mim. Requer conhecimentos de Física que não possuo. Diria somente que na perspectiva de Castoriadis, que parte de afirmações ontológicas como: “o que existe não é plenamente determinado”; “o que existe é Caos, ou Abismo ou Sem Fundo”². E em outro lugar: “o universo não é totalmente ordenado”, e “se o mundo fosse puro e simples caos, não haveria nenhuma possibilidade de pensar”³, o Universo comporta as duas dimensões do caos e do cosmos operando ao mesmo tempo, tanto no mundo natural, como no mundo histórico.

O que significa dizer que construímos o mundo social-histórico marcados por essas dimensões, que nos faz seres da racionalidade e das paixões, ou com outras palavras, da razão e da imaginação.

É preciso trabalhar com os princípios do cosmos e do caos para dar conta da sociedade e da história. A frase de Castoriadis é significativa: “Não há sociedade sem mito, e não há sociedade sem aritmética. E, ainda mais importante: não há mito (ou poema, ou música) sem aritmética – e com certeza, também, não há aritmética sem mito”⁴.

Adverso – Ao considerar a barbárie como uma negação da civilidade, estamos afirmando que a violência é tudo que está fora da cultura hegemônica?

Mirtes Amorim – A questão parte da afirmação da barbárie como negação da civilidade. Os dois termos, essenciais para a Antropologia, são muito complexos e difíceis de conceituar rapidamente. Porém, se associarmos o termo barbárie à violência e à negação da civilidade como o fazem os meios de comunicação e como se propõe acima, podemos, de fato, afirmar que estamos vivendo uma época de des-razão do mundo, uma espécie de irracionalidade coletiva, não no sentido da negação de uma civilização ou de uma cultura hegemônica. Mas, no sentido da perda de significação dos valores humanísticos, os quais apontavam para uma sociedade mais justa, mais igualitária e mais livre, no horizonte das propostas socialistas, comunistas e anarquistas do século 19, que alimentaram as revoluções no século 20. Vivemos hoje, na verdade, a nostalgia desses valores.

A violência e a brutalidade marcam hoje a vida cotidiana em nossas cidades, resultante de uma combinação de inúmeras variáveis, entre as quais destacamos a que nos parece fundamental, a hegemonia da lógica do capital. Esta opera em dimensão mundial definindo o destino do mundo dito civilizado hoje, estabelecendo os parâmetros tecnológicos contemporâneos e limitando os horizontes humanos a um futuro sem esperança de uma sociedade mais justa e menos desigual.

Adverso – Existe algum tipo de violência justificável?

Mirtes Amorim – Não. Nenhuma.

1. Cornelius Castoriadis foi filósofo da imaginação social, co-fundador do lendário grupo e jornal Socialismo ou Barbárie. Crítico seminal e pensador político, inspirou os eventos de Maio de 1968 na França. Foi economista da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), psicanalista, distinguido soviétologista (estudioso da URSS) e crítico consciente da Esquerda internacional. Morreu no dia 26 de dezembro de 1997, em Paris, aos 75 anos. De nacionalidade grega, Castoriadis mudou-se para a França em 1945, mas só conseguiu a cidadania francesa nos anos 1970, o que o obrigou a viver muitos anos sob pseudônimos para fugir da deportação. O contato com o marxismo ocorreu a partir dos 12 anos. Aos 15 aderiu à Juventude Comunista, uma organização ilegal na Grécia. Entretanto, descobriu que o “comunismo não era tão comunista assim” e decidiu unir-se aos trotskistas. Na França, entrou em contato com os trotskistas franceses, rompendo logo depois com o Movimento.

Com críticas fundamentadas ao marxismo real, ao totalitarismo soviético e às instituições imaginárias da sociedade, Castoriadis tornou-se uma figura intelectual de força no cenário ocidental. Sem cair na superficialidade, “navegou” com tranquilidade por todos os “mares”: da crítica do marxismo à psicanálise, sua contribuição é insuperável.

(Fonte: www.charlespennaforte.pro.br) 2. Castoriadis, *As Encruzilhadas do Labirinto/2 – Os Domínios do Homem*, tradução José Oscar de Almeida Marques, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 416. 3. Idem, idem, p. 292. 4. Idem, ibidem

QUEM CONTA UM CONTO.....

Contadores de história do Instituto de Letras recebem Prêmio Açorianos

“Essa história eu escuto no vento. Ela vem pela boca dos nossos antepassados sempre que eu chego nesse lugar. Ela fala da Naiá, uma mocinha que desde que nasceu era muito branquinha. Na tribo, todos ficavam preocupados porque ela quase não comia, era frágil, magrinha. Naiá foi crescendo e nas noites de lua cheia ela saía a caminhar de um monte até o outro, subia na árvore e ficava olhando para a lua cheia. Ela acreditava que, nestas noites, a moça mais bonita da tribo era escolhida para virar estrela e acompanhar a lua no céu iluminando todas as gentes. Naiá desde pequena alimentava o sonho de virar estrela. Contam que um dia Naiá saiu para acompanhar a lua e não voltou de manhã. Todos na tribo foram procurá-la e não a encontraram. Eles ficaram sabendo pelas plantas da floresta que Naiá havia enxergado o reflexo da lua projetado nas águas do rio e que ela, pensando que finalmente a lua vinha buscá-la, mergulhou. Com pena, os peixes e as plantas pediram à lua que transformasse Naiá em uma estrela que brilhasse na água, já que ela não podia ser uma estrela que brilhasse no céu. E assim Naiá se transformou na vitória-régia, aquela planta que está até hoje nos rios da Amazônia e se abre sobre as águas para lembrar que é preciso tanto de luz no céu quanto sobre as águas. E é essa história que me mandaram contar para vocês hoje”.

A professora do Instituto de Letras Ana Lúcia Tettamanzy, coordenadora do projeto Quem Conta Um Conto, se transforma a cada vez que conta uma história. Os olhos cintilam e as mãos dedilham batidas que simulam um ritmo africano. Tudo compõe o clima para que a narrativa seja especial e para que o espectador entenda exatamente o caráter ritualístico das histórias de tradição oral. O grupo de estudantes coordenado pela professora Ana Lúcia recebeu o Prêmio Açorianos de Destaque na categoria incentivo à leitura/literatura. “O projeto tem crescido e o Açorianos foi um reconhecimento de algo que a gente vem construindo lentamente. Nem acreditamos muito quando soubemos, porque é uma indicação feita interna no júri, não há lista de finalistas. Algumas vezes a gente acha que, assim como a performance de contar histórias, o que a gente faz desaparece no ar, mas o Açorianos é prova de que o projeto ficou no imaginário como uma iniciativa interessante”, comenta a professora.

O projeto atual dá continuidade ao primeiro grupo de contadores de histórias do Instituto de Letras, desenvolvido entre janeiro de 1999 e julho de 2001 sob a

coordenação da professora Ana Maria Lisboa de Mello. A professora se aposentou e o grupo inicial se desfez. O nome foi mantido e, em 2005, o projeto foi registrado como extensão universitária. “Acredito que a extensão é onde a universidade consegue exercer sua função social, desde que isso signifique efetivamente sair dos muros da academia”, avalia a atual coordenadora.

Para ela, como professora de literatura, conhecer as raízes orais e tradicionais da literatura canônica constitui um importante objetivo do projeto. “O trabalho com narrativas orais surgiu justamente a partir da extensão. Outra pesquisa nasce a partir desta experiência de ir às escolas, de ouvir as pessoas, de querer saber das histórias”. Para a professora, o estudo de textos de autores e a possibilidade de ouvir narrativas orais in loco, ou seja, fazer pesquisa de campo são complementos deste projeto. A partir daí surgiu uma nova disciplina para a graduação em Letras, que funciona desde 2005, a Literatura Oral Tradicional. A pesquisa de Ana Lúcia sempre tratou dos contos tradicionais de língua portuguesa: contos brasileiros, portugueses e africanos,

sobretudo angolanos e moçambicanos.

O curso de formação de contadores existe há dois anos. “Outras pessoas se agregaram ao grupo graças ao curso, que é aberto tanto à comunidade da Ufrgs, quanto à externa. Hoje temos menos alunos de Letras e recebemos alunos da Dança, do Jornalismo, das Artes Cênicas e da Uergs. O grupo tem uma formação interdisciplinar, o que tem sido ótimo para a construção do nosso trabalho. Queremos cada vez mais nos apropriar das artes da performance, um conceito com o qual trabalhamos muito. Significa justamente que esta manifestação não se repete, eu posso contar a mesma história, mas ela nunca é a mesma”, explica.

O grupo carrega a experiência de passar um ano inteiro no Serviço de Apoio Sócio-Educativo (Sase) do Campo da Tuca, em Porto Alegre. “É um lugar onde crianças de uma comunidade carente passam o turno inverso ao que estudam. Ali os cuidadores são pessoas sem formação acadêmica específica e os locais são mantidos por verba pública. Esse primeiro ano foi quase um laboratório que nos deu fôlego para seguir. Uma coisa interessante foi a continuidade de trabalhar com as

Reconhecimento da Nasa

A professora Thaisa Storch Bergmann, do Instituto de Física da Ufrgs, e o doutorando Rodrigo Nemmen da Silva foram destaque em um dos maiores encontros de astronomia do mundo, o *American Astronomical Society Meeting*, realizado em Austin, Texas, no dia 10 de janeiro. A publicação dos resultados de pesquisa sobre buracos negros na revista científica *Monthly Notices of the Royal Astronomical Society* rendeu o reconhecimento da Nasa. Mais informações sobre a pesquisa e o encontro de astronomia através dos links adsabs.harvard.edu/abs/2007MNRAS.377.1652N e news.bbc.co.uk/2/hi/science/nature/7184526.stm

Intercâmbio na Alemanha

A Secretaria de Relações Internacionais da Ufrgs informa que estão abertas, até o dia 14 de fevereiro, as inscrições para o programa de intercâmbio com bolsa para a Universidade de Tübingen (Alemanha). O programa é aberto a todas as áreas de conhecimento e os interessados devem buscar mais informações no edital publicado no site: www.ufrgs.br/reinter

Internet no Campus do Vale

Já está em funcionamento um canal de rádio de 34Mbps que liga o *Campus do Vale* ao Centro de Processamento de Dados. O canal servirá de *back up* para o enlace de fibra ótica existente, garantindo o acesso à *internet* no local. A solução definitiva será implantada com a construção da MetroPOA, uma rede de alta velocidade na cidade de Porto Alegre, que prevê um anel ótico interligando o *Campus do Vale* ao CPD.

Convênio entre Ufrgs e PMPA

Convênio de cooperação entre a Ufrgs, Faurgs e Prefeitura de Porto Alegre, assinado no dia 11 de janeiro, tem como objeto a avaliação de projetos habitacionais do Programa Integrado Entrada da Cidade (Piec). Com o acordo de cooperação, a Universidade será responsável pela criação de uma sistemática de coleta de dados que irá monitorar a execução e avaliação final do Piec. A execução deste trabalho ficará a cargo do Núcleo Orientado para a Inovação da Edificação (Norie), da Escola de Engenharia.



crianças durante tanto tempo e ver as mudanças que as narrativas surtiram em todas”.

O Quem Conta um Conto atua junto a outros projetos de extensão da Ufrgs, como o Conexões e Saberes, do qual Ana Lúcia faz parte da coordenação, no núcleo de educação anti-racista. “Fomos a várias escolas, sobretudo do município de Porto Alegre, e começamos a atuar com formação de professores. Eventualmente, a gente fazia a contação e depois o curso, levava material com os textos, desenvolvia teoricamente aquilo que acreditamos ser uma verdadeira contação de histórias, a importância da oralidade, sobretudo no ensino fundamental. A gente defende a idéia de que a oralidade é uma possibilidade de encontro que é rara nos dias de hoje e que a contação de história é um momento ritualístico. Tentamos recriar um pouco a atmosfera dos contadores tradicionais, aqueles que se sentavam ao redor de uma fogueira ou à sombra de uma árvore, como em várias culturas africanas. Ao mesmo tempo, apostamos que não só nas escolas isso deve acontecer. Em qualquer lugar onde as pessoas se encontrem, em centros culturais e comunitários. A nossa predileção é o trabalho na periferia, onde as pessoas possam fazer deste momento uma forma de autoconhecimento, ou de reconhecimento”. Segundo a professora, a escolha de trabalhar com histórias tradicionais é por acreditar que “elas podem ser contadas dos zero aos 100 anos. Possuem na estrutura e nos temas, elementos que são facilmente compreensíveis e que, de alguma forma, apresentam um espectro quase universal, que são da experiência humana”.

GERUNDISMO

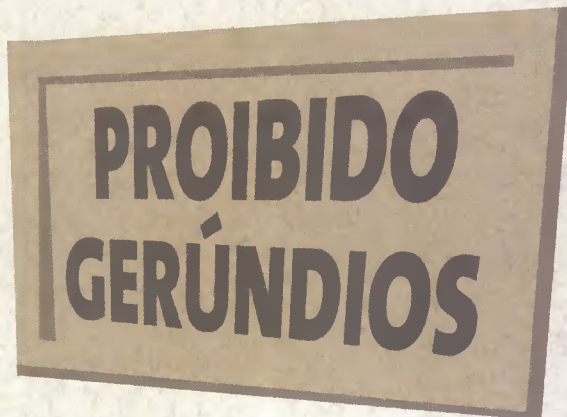
O fazer constante

O tema tem sido amplamente debatido no Brasil por especialistas e por quem se aventura a navegar com tranquilidade nesse mar complicado que é a língua portuguesa. Navegando, as expressões “estarei enviando” ou “o senhor pode estar anotando o número”, dentre várias outras similares, atravessaram o oceano Atlântico e chegaram à pátria-mãe do português. Não para serem adotadas, mas para virar objeto de análise. Afinal, que história é essa? Uma história que chega a ser engraçada, quando em uma loja de São Paulo uma vendedora diz ao cliente: “eu vou estar tendo a numeração que o senhor pediu...”, ao invés de simplesmente dizer: “eu tenho a numeração.”

por Maricélia Pinheiro

O fenômeno chamado “gerundismo”, comumente usado na língua falada, vem se espalhando por todo o território Nacional e já virou caricatura na fala de humoristas que não perdem uma. Esse fato, talvez, comprove que a “nova moda” não soa tão natural assim. Ao contrário, essas expressões longas, cansativas e que chegam a “doer o ouvido” parecem mais frases ensaiadas na tentativa de se “falar bonito”. E como escreveu Pasquale Cipro Neto¹, em artigo intitulado “A Praga do Gerundismo”, o novo costume lingüístico parece ter apenas um aspecto positivo: o caráter democrático, pois segundo ele, “a praga pegou da telefonista ao gerente, da faxineira ao diretor-presidente”.

Em Brasília, São Paulo e Minas Gerais, pelo menos, não se ouve outra coisa. E o que antes se limitava à linguagem oral usada por atendentes de telemarketing, agora se perpetua entre vendedores de toda espécie e já chegou à língua escrita. A suspeita é que tenha surgido a partir da tradução literal dos manuais em inglês. Pasquale Neto acredita nessa hipótese, assim como a maioria dos professores de línguas do Colégio de Aplicação da



Ufrgs² que entrevistamos sobre esse tema. Mas há quem discorde: “É possível que se trate de uma deriva natural da língua. Tenho sérias restrições à idéia de que teria surgido por influência do inglês, pois o uso que se está fazendo deste tempo verbal atualmente não tem nada em comum com o tempo do inglês de onde ele supostamente teria vindo”, opina a professora Evani de Carvalho Viotti, doutora em lingüística e professora da USP, que estuda o assunto com o professor Telmo Móia, da Universidade de Lisboa.

Para Evani, o “gerundismo” está mais concentrado nas regiões sudeste e centro-oeste do País, mas ressalta que não conhece “estudos sociolingüísticos que tenham determinado a extensão geográfica desse uso com precisão”. Professores do Colégio de Aplicação asseguram que entre seus alunos esse tipo de construção é raramente usado na linguagem oral, e na escrita menos ainda. Tomando como referência comentários contrários ao uso excessivo desse tempo verbal, que se ouve no dia-a-dia aqui na ponta do Brasil, talvez seja possível afirmar que a “praga do gerundismo”, como definiu Pasquale Neto, ainda não atingiu o Rio Grande do Sul. Ou talvez tenha se manifestado, até agora, de maneira tímida.

Quem mais propaga

De uma coisa não há dúvidas: quem mais propaga o “gerundismo” atualmente são pessoas ligadas às áreas de vendas, relações públicas e mais recentemente ao funcionalismo público. Neste último caso, muita gente que está de fora aposta: o uso indevido do gerúndio esconde por trás a intenção de fugir de um compromisso. Ou seja, ao dar como resposta a um cidadão que solicita um serviço ou uma informação em uma repartição pública algo do tipo “vamos estar enviando nos próximos dias”, o funcionário pode estar “enrolando” a pessoa. Ou pode estar querendo passar a idéia de eficiência, uma vez que supõem-se, pela resposta, que ele ficará os próximos dias trabalhando arduamente no envio da informação. No sentido literal, isso seria uma mentira, pois, com os meios que dispomos hoje, uma informação pode ser enviada em segundos. A observação relativa ao funcionalismo público vale para a iniciativa privada também, especialmente para empresas que hoje detêm a concessão de serviços essenciais.

Por essa desconfiança – o uso excessivo do gerúndio poderia estar sendo usado por seus funcionários para protelar a entrega de trabalhos – que o governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda, baixou um decreto, em outubro do ano passado, proibindo o uso deste tempo verbal nos documentos oficiais. A medida gerou muitas críticas, uma vez que o gerúndio – tempo verbal que indica a continuidade de uma ação – existe para ser usado. Mas da maneira correta. Essa o professor Pasquale explica: “Quando se diz, por exemplo, Não me telefone nessa hora, porque eu vou estar almoçando, indica-se um processo (o almoço) que terá certa duração, que estará em curso, mas – santo Deus! –, quando se diz Um minuto, que eu vou estar transferindo a ligação, emprega-se a construção Vou estar transferindo para que se indique um processo que se realiza imediatamente. Quanto tempo se leva para a transferência de uma ligação? Meses ou segundos? O diabo é que, para piorar, Vou estar transferindo é uma verdadeira contorção verbal, que substitui, sem nenhuma vantagem, a

construção Vou transferir, mais curta, rápida, direta – e apropriada”.

Dominação cultural

Adotar traduções literais do inglês para o português na língua falada (ou escrita) pode, em princípio, parecer algo sem importância. Embora professores do Colégio de Aplicação que fizeram pós-graduação fora do Rio Grande do Sul afirmem que em algumas universidades do Brasil o “gerundismo” é fluente entre acadêmicos e chega a ser considerado sinônimo de “falar bem”, o que se observa é que quem usa essa linguagem são pessoas pouco dadas a pensar e questionar. Pessoas que talvez, embora tenham passado pelos bancos da escola, não lembrem sequer o que é “gerúndio”.

Mas há quem defenda que por trás de tudo isso, lá no inconsciente talvez, esteja a dominação cultural e econômica, agindo de forma sorrateira. E aí entramos em uma seara maior e mais árida: o uso excessivo de palavras em inglês no Brasil. “Em se tratando da língua, ou, mais especificamente, dos estrangeirismos, o limite é imposto pelo bom senso. Não vejo o menor sentido, por exemplo, no tosco uso da palavra *off*, que aparece na porta de algumas lojas. Não se trata de caso que enriquece a língua, que preenche espaço até então vago. Trata-se de subdesenvolvimento mesmo. Incurável. Ou, como dizia Nelson Rodrigues, do complexo de vira-lata. No lugar de *off*, parece conveniente usar a ultraconhecida palavra desconto, cujo significado qualquer brasileiro conhece”, escreveu Pasquale Neto no mesmo artigo em que trata do “gerundismo”.

O que pode servir de consolo para quem se sente incomodado ao ouvir frases do tipo “a senhora pode estar passando seu cartão”, é que, tendo invadido a nossa língua oral através dos famigerados manuais de telemarketing, o “gerundismo” pode desaparecer. Porque, garantem alguns estudiosos, geralmente as mudanças lingüísticas consagradas e aceitas são construídas por um grupo cultural e não impostas.

1. Pasquale Cipro Neto é professor de língua portuguesa, consultor e colunista de diversos órgãos da imprensa, idealizador e apresentador do programa Nossa Língua Portuguesa, da TV Cultura. 2. Para esta matéria contamos com a colaboração dos professores do Colégio de Aplicação da Ufrgs: Juçara Freitas, Rita Cavalcante, Gláucia de Souza, Juçara Bienvenuti, Janice Aquini, Juliana dos Santos, Andrea Barude, Kely Goze, Maíra Mello, Andrea Perrot, Adauto Locatelli, Maria da Graça Marques e Tatiana Pereira.

Estou estando

Quem inventou o maldito gerúndio?

por Carlos Nader *

Nesta edição eu vou estar tentando escrever uma coluna de classe. Eu vou estar tentando me superar. Porque eu sei que colunista é que nem padeiro: tem que estar servindo bem para estar servindo sempre. Antes, deixa eu fazer uma pergunta. Por que é que de uns tempos pra cá todo mundo está falando nesta espécie de gerúndio do futuro? Pelo menos em São Paulo, não há quem não ouça diariamente uma atendente mandando um "eu vou estar te ligando amanhã" ou um executivo aplicando um "nós vamos estar nos reunindo na sala quatro". É uma avalanche de frases proclamadas com uma pompa tipo fina, apesar de serem conjugadas num tempo que não existe em nenhum livro da gramática portuguesa.

Não é que eu tenha encarnado um professor Pasquale não. De jeito nenhum. Adoro a língua falando bem, adoro a língua bem falada. Mas acredito piamente no óbvio: a contribuição milionária de todos os erros do povo garantindo sempre (e aqui sim vale o presente contínuo), garantindo sempre o fluxo vital de uma língua. É justamente por isso que não gosto deste neogerúndio emergente. Ele nem é um erro, pelo contrário, é uma tentativa de acerto. É uma formulação pra inglês ver e aprovar. E já que é para tentar ser fino, digo então que esta gerundização tardia do porvir é o aportuguesamento chinfrim, genuflexo, de um inglês corporativo, talvez não menos chinfrim, mas pelo menos existente na gramática bretã. *"Yes sir, I will be sending your order tomorrow morning."*

Todos os caminhos levam a Miami

Por que é que de uma hora para outra começamos a macaquear mais esse americanismo, sem nem ao menos saber a razão de o

estarmos fazendo? Sei lá, mas a minha intuição quer achar que todas as pistas, assim como todas as estradas, sobretudo as da informação, ainda levam à sede do Império. Algo me diz que o cavalo de Tróia dessa invasão foi um veículo de mídia pouco notado, mas muito atuante: o *call center* de grandes empresas.

Se não, vejamos. O desembarque gerúndico começou justamente há uns quatro anos, num período que coincide com o apogeu do neoliberalismo globalizado. Era a época da bolha da internet, da exuberância irracional dos mercados, da fartura de investimentos e das privatizações no país. Assim, não custa muito esforço imaginar que o mito fundador do *new gerúndio* em terras bandeirantes tem início no momento em que um gerente pós-doutorado em *call-centers* pela matriz americana ordena ao subalterno: "Seja mais educado com o cliente, diga que estará tomando providências e que fará tudo para estar enviando o pedido até amanhã".

Minha língua, minha mídia

Também não estou recebendo de frente nenhum Aldo Rebello, aquele deputado que criou um projeto de lei que em última instância defende a substituição da palavra "futebol" por "ludopédio". Ou de Zpor "rato". Eu mesmo, aqui na TRIP, adoro misturar expressões pedestres com raciocínios verbais metidos a besta. Língua é para entrar em contato. O próprio inglês não tem nada de puritano. É possivelmente o idioma mais promíscuo do Ocidente. O português também só tem a ganhar com a maioria das contaminações. A maior catedral da linguagem brasileira, Grande Sertão: Veredas, foi construída por Guimarães Rosa baseada num projeto que fundiu magistral-

mente a fala do povo com estruturas gramaticais estrangeiras.

Miscigenação é sinônimo de liberdade. Tem que ser. O que incomoda neste novo dispositivo tecnológico importado para otimizar a fala corporativa tupinambá é o aparato ideológico que se esconde atrás dele. O vírus linguístico aproveita certa jequice capi-nanceira para se instalar entre nós. Ele se hospeda num velho desejo reverente, meio barato, de eficiência e sofisticação primeiro-mundista. Desejo que, diga-se, para que não fujamos tanto do tema habitual desta coluna, nem é novo nem se restringe apenas ao ambiente de negócios. É provavelmente o mesmo raciocínio que leva os grandes veículos de comunicação nacionais a cada vez mais pautarem suas matérias internacionais seguindo a cartilha da imprensa do "eixo do bem", Estados Unidos e Inglaterra.

Mas isso é assunto para uma outra hora. Enquanto o William Bonner ainda não abre o Jornal Nacional dizendo que o exército americano vai estar invadindo o Iraque, vale lembrar que a língua, além de ser a nossa pátria, nossa casa, nosso corpo, nossa alma, é também a nossa maior mídia.

* Carlos Nader está sendo um homem de mídia há 37 anos e está gostando. (artigo publicado na revista TRIP).



NOVO MOVIMENTO DOCENTE

Os caminhos para a reconstrução

A partir de março, a Adufrgs, conforme decisão de Assembleia Geral, começa a discutir a sua ligação com a Andes. Esse debate acontece dentro de um contexto em que várias Associações Docentes (ADs) do País, insatisfeitas com a atuação do "sindicato" nacional, ventilam a possibilidade de desligamento. A Apubh, que congrega os professores da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), já se desfilou e fundou seu próprio sindicato em Belo Horizonte e Montes Claros. A Adufscar, de São Carlos, também criou um sindicato local e encontra-se com o processo de discussão avançado em relação à desvinculação definitiva da Andes. Em novembro do ano passado, a Associação dos Professores da Universidade Federal da Bahia (APUB) suspendeu o repasse de verbas para a entidade nacional. A decisão, tomada em Assembleia Geral, se deu com a confirmação do apoio da Andes, inclusive financeiro, às invasões de reitorias de todo o Brasil protagonizadas por estudantes contrários ao Reuni.

Esses fatos, na verdade, estão na ponta de uma cadeia de sucessivas ações da Andes que há mais de uma década vêm minando os alicerces do Movimento Docente. Este, que nasceu em resistência ao regime militar, sente agora a necessidade de renovação, uma vez que o contexto político atual é completamente diferente do da época das fundações das ADs. Grande parte dos professores das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes) não se sente mais representada pela Andes, que perdeu inclusive o direito legal de representar os professores quando teve seu registro sindical cassado pelo Ministério do Trabalho. Nas últimas negociações com o governo a entidade nacional teve uma participação desastrosa e revelou, mais uma vez, que não está disposta a negociar, muito menos a ceder. A disposição do Fórum dos Professores das Ifes (Proifes) em negociar garantiu aos docentes do ensino superior um acordo que prevê reajustes até 2010, e está-se negociando acordo semelhante para os docentes do ensino básico.

Julgando-se defensora de uma causa maior, que passa pela utópica revolução proletária, há quem diga que a Andes deixou de lado os interesses de suas bases e transformou-se em uma entidade político-partidária a serviço de determinados partidos políticos. E de posse da máquina, que é alimentada pelo dinheiro dos professores que não se sentem mais representados, a atual corrente política que domina a Andes vem reelegendo sucessivas diretorias que nos congressos, conselhos e assembleias dominam pautas e decisões. Paulo Henrique de Almeida, diretor da APUB, escreveu em artigo intitulado Porque a Andes não é Democrática que "o Movimento Docente brasileiro criou um aparelho burocrático, do qual precisa se livrar" e assegura que o princípio da proporcionalidade nas instâncias de decisões é completamente ignorado, uma vez que uma AD de 30 professores tem o mesmo peso político de uma AD com 3000 sócios. O professor vai além, ao dizer que nos congressos "a situação escolhe e distribui a composição de cada grupo de modo que nunca – nunca! – fique em situação minoritária em nenhum deles".

O controle através das pequenas ADs

Como estratégia de controle, a Andes trabalhou nos últimos anos na construção e fortalecimento de pequenas ADs no interior do Brasil. Estas vão aos congressos e Conads votar a favor das propostas da diretoria com o mesmo peso das grandes ADs, que ainda por cima financiam a participação das pequenas. O resultado é uma divisão do Movimento Docente que não pode mais ser ignorada e que tem garantido à Andes, até agora, o comando. "Existe associação com 14 membros. No caso da Universidade Federal da Bahia (UFBA), procuram abertamente divorciar os novos campi avançados da Associação de Professores Universitários da Bahia (Apub). A máquina em Brasília, custosa, continua sendo sustentada com os recursos das grandes associações. As pequenas contribuem modestamente ou com nada. Financeiramente, é claro. Do ponto de vista político, elas são essenciais. Representam

algumas dezenas de professores, mas têm poder multiplicado não apenas no Congresso, mas também no Conad", escreveu Paulo Henrique de Almeida.

A guerra contra o Reuni

No último trimestre de 2007, o País assistiu a uma série de ações de vandalismo nas universidades públicas brasileiras. Eram estudantes ligados a partidos de ultra-esquerda, apoiados por entidades sindicais, que queriam de qualquer maneira impedir que os conselhos universitários discutissem e aprovassem o Programa de Apoio a Planos de Expansão e Reestruturação das Universidade Federais (Reuni). Na UFBA, onde houve confronto e muita confusão, 26 das 30 unidades já haviam dado parecer favorável ao Reuni, antes da votação no Conselho Universitário. "Na prática, o que se viu foi um exercício da minoria querendo dominar a maioria", analisa a professora Elisabeth Bittencourt, da UFBA. No artigo Como foi possível à Andes ser a promotora das invasões nas reitorias?, ela afirma que "há quase duas décadas, o grupo dominante da Andes vem exercendo o poder sindical, nas universidades brasileiras, e experimentando dominar uma maioria tranqüila através de uma minoria agressiva. As pessoas desse grupo aperfeiçoaram a prática da dominação, a ponto de não perceberem mais os limites da atual civilidade, e caíram no ridículo ao se exporem contra a democracia e contra a base legal instituída no País".

Finalmente, o afastamento da Andes dos professores das Ifes aumentará com a eleição, em chapa única, de um presidente e um secretário-geral oriundos de universidades estaduais. Não é um símbolo menor, que nenhum dos dois principais cargos na diretoria da Andes (2008-2010) não será ocupado por um professor da rede federal, que é de longe a maior parte da entidade. No caso, determinações políticas das correntes são mais importantes que a representatividade das bases.

NOVO MOVIMENTO DOCENTE

Apub suspende repasse de verbas à Andes e articula sindicato local

por Maricélia Pinheiro

No final de novembro, professores da Universidade Federal da Bahia (UFBA) decidem suspender o repasse da mensalidade à Andes, depois de terem a confirmação da participação da entidade nacional nas invasões de reitorias de todo o Brasil. Conforme decisão de Conad, a Andes destinou R\$ 450 mil para financiar o Movimento Estudantil nas ações contra o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). Entrevistamos a professora Elisabeth Bittencourt, veterana no Movimento Docente e que atualmente articula o núcleo do Proifes na Bahia, para saber, com detalhes, sobre a crise que se instalou entre a Associação de Professores Universitários da Bahia (Apub) e a entidade nacional.

Adverso – Quando e por que a Apub decidiu suspender o repasse da mensalidade à Andes?

Elisabeth Bittencourt – A Apub decidiu suspender o repasse na Assembléia Geral de 29 de novembro de 2007, após análises e confirmações de que a Andes estava orquestrando a guerra contra o Reuni e, principalmente, por estar financiando o Movimento Estudantil “combativo”, que havia invadido a Reitoria da UFBA, e de outras universidades federais do País. Os professores entenderam que, ao repassar mensalmente mais de R\$ 22 mil para a Andes, a própria Apub é quem estava contribuindo para a impropriedade que se assistia. As confirmações referidas encontravam-se nos próprios documentos da Andes, em entrevistas, e no blog www.ocupacaoufba.blogspot.com.

A Apub desconta um por cento do salário de seus filiados, e, deste, um quarto vai para a Andes. Um sindicato não visa lucros, e, sim, a defesa da categoria que representa, e que o mantém. Entretanto, cabe à Diretoria, e ao Conselho Fiscal identificar as “torneiras abertas” do fluxo financeiro da entidade, e avaliar a relação custo versus benefício de cada gasto da entidade, porque sendo o investimento coletivo, a responsabilidade é maior.

Há mais de um ano, indicou-se a necessidade de repensar a inserção da Apub na Andes. O que estamos fazendo ainda nesta entidade que não é sindicato e é incapaz de negociar uma campanha salarial? Das três mesas instaladas para tal, ela mal participa de apenas uma, seus objetivos não são sindicais, e sim doutrinários partidários, na medida em que expulsa colegas e delegações inteiras que não comungam de suas idéias. Valeria à pena destinar o valor de R\$ 265 mil por ano para sustentar uma entidade decadente, que pelo Código Civil não tem razão de existir, e na prática se tornou inexpressiva, inoperante? Outro motivo de indignação está na reprovação, por parte da Andes, da mudança do regimento da Apub.

Adverso – Sobre a falta de legalidade da Andes, como sindicato, a que riscos estão sujeitos as ADs?

Elisabeth Bittencourt – Juridicamente, a Andes não é um sindicato, porque não conseguiu assegurar o registro no Ministério do Trabalho. O último julgamento ocorreu em 13 de dezembro de 2006, quando o Tribunal Regional do Trabalho manteve a suspensão do registro sindical da Andes efetuado pelo Ministério do Trabalho e Emprego, desde dezembro de 2003. Entre os fatos motivadores

dessa suspensão constam a violação do princípio da liberdade sindical, provocado pelo desrespeito aos Sinpros na disputa de base; e a não observação do princípio da unicidade sindical.

O presidente da Andes, Paulo Rizzo, faltou com a verdade ao afirmar à Apubh que a perda do registro sindical se deu de “forma imotivada”. Essa perda se deu em decorrência de ação movida pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Educação e Cultura (CNTEEC), na disputa pelos docentes das universidades do setor privado.

Analisando-se mais profundamente, descobre-se que a Andes nunca foi legalmente um sindicato. Primeiro porque a então ministra Dorothéia Werneck emitiu um primeiro registro sindical para a Andes com o mesmo número do sindicato das lavadeiras de Brasília. Segundo porque um possível registro provisório nunca existiu, e mesmo sua possibilidade de existir, foi definitivamente cassada pela Justiça do Trabalho. Assim, os docentes organizados em seções sindicais da Andes estão sem representação legal junto à Justiça do Trabalho, ou outro órgão oficial. Ações movidas por professores, através de suas ADs, correm risco de serem arquivadas, em decorrência da não apresentação do registro sindical obrigatório.

Para a CUT a estruturação da Andes representa uma contramão na orientação da primeira. A organização por local de trabalho não condiz com a macro-estrutura de um sindicato nacional como pretendeu a Andes. O regime comum adotado na formação das associações não é de um sindicato nacional, e sim de sindicatos locais organizados de maneira nacional. Sob a ótica do novo Código Civil, ela se torna inviável, por não conseguir efetivar uma Assembléia Geral.

Adverso – A senhora acredita na ruptura da Apub com a Andes, e aposta na fundação de um sindicato local?

Elisabeth Bittencourt – O processo de desfiliação da Apub à Andes teve início na Assembléia Geral de 29 de novembro de 2007, quando se decidiu pela suspensão imediata do repasse da mensalidade. A compreensão dessa desfiliação ficou evidente nas respostas dos colegas, que a diretoria da APUB buscou, através da consulta eletrônica, para decidir se faziam ou não uma assembléia para debater o Congresso da Andes e a escolha de representantes da Apub no último congresso. O “não” venceu com 10 votos contra dois. Então, a diretoria não convocou assembléia e decidiu aguardar o início do ano letivo para colocar em pauta a desfiliação da Andes e fundação de um sindicato de base estadual, congregando os docentes da UFRB, do Cefet-BA e da UFBA.

“A Andes abandonou a lógica em sua condução desde que passou a menosprezar a importância de seus filiados, em prol da valorização de partidos políticos”

Temos, a favor da Apub, para essa decisão, além da vontade política de seus dirigentes e apoiadores, um regimento que já compõe essas três entidades.

Adverso – Quando surgiu a crise entre a Apub e a Andes?

Elisabeth Bittencourt – Desde que comecei a participar mais ativamente da Apub, em 1991, assisti a rejeição de todas as teses encaminhadas para a Andes. Entretanto, a primeira direção da Apub a expor que havia problemas na relação com a Andes foi a que teve a professora Cláudia Miranda como presidente (2005 e 2006). Ela chegou a publicar um artigo sobre esse tema no jornal da Apub. Na época, houve pouca repercussão e nenhuma consequência.

A certeza de que a Andes não era um sindicato veio após se assistir, durante o congresso de Curitiba, em 2005, a diretoria desta entidade nacional expulsar delegações inteiras de ADs que não comungavam com as idéias de seus dirigentes, ou porque diminuíram o repasse mensal que faziam à Andes. Note-se que essas ADs foram punidas com a expulsão de seus representantes, de um evento decisório desse pseudo-sindicato nacional.

Quando a Andes participou da criação da Conlutas e negou a aprovação da mudança no regimento da Apub, que anexava a UFRB (Universidade Federal do Recôncavo Baiano) às duas instituições existentes: Cefet-BA e UFBA, essa certeza ficou ainda maior. Entretanto, a culminância dessa compreensão se deu mesmo com o Reuni. Em vez de batalhar por uma política salarial digna para os docentes do ensino superior, a Andes ficou apostando em quanto pior fosse o governo, melhor, pois assim garantiria maior espaço para os pequenos partidos (PSTU e PSol) que aparelharam esse pretenso sindicato. Assim, esvaziaram o poder sindical, na medida em que tentaram reforçar o poder dos partidos aos quais se dedicam seus diretores.

A Andes abandonou a lógica em sua condução desde que passou a menosprezar a importância de seus filiados, em prol da valorização de partidos políticos. Hoje o entrave se dá entre partidos nanicos: PSTU e PSol, que se mantêm às custas de alguns sindicatos, entre os quais a Andes. Nesta, diretores se perpetuam há décadas no comando de uma entidade moribunda.

As sucessivas derrotas das campanhas salariais da categoria docente, por mais de uma década, levantaram questões, tais como: a função atual da Andes e quem ela representa, na atual conjuntura. A Andes viveu, até aqui, da memória de conquistas históricas, do final da década de 80. Quando foi criada tinha o mesmo peso político da ABI (Associação Brasileira de Imprensa), da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) e outras organizações de profissionais intelectualizados no País. E hoje, a que se reduziu a Andes? O que as sucessivas diretorias têm feito além de desrespeitar

os que expressam opiniões opostas às suas?

Os eventos nos quais se decide o rumo da Andes vêm sendo estruturados de maneira tal que as diretorias não perdem nunca. Por mais falta de lógica, de bom senso e de discernimento que haja, todas as propostas encaminhadas pelas diretorias são aprovadas. Mais de 50% dos textos de resoluções de um congresso são apresentados pela diretoria da Andes. Nesses eventos, entre outros absurdos, se assiste à infidelidade de delegados, que apresentam, nos grupos mistos, o relato da decisão de sua AG, mas o voto segue-se contrário a tal decisão.

Análises da compreensão das funções de um sindicato, contra as funções de um partido político, levaram os professores da Apub a compreender que a Andes extrapolou suas funções, especialmente quando promoveu a guerra contra o Reuni. Ao financiar o movimento estudantil “combativo”, a Andes trouxe a público a sua irracionalidade. Os docentes não puderam mais ignorar os quase 20 anos de guerra intra-sindical, entre tendências e outras mediocridades que destruíram, na prática, a Andes. Aos que criticam a criação de uma nova entidade, vale lembrar os motivos que a antecederam: o desrespeito sistemático, por mais de uma década, com que as diretorias da Andes vêm atacando representantes das ADs que, felizmente, se organizaram no Proifes.

Nós aqui, na Bahia, podemos nos instituir enquanto um sindicato dos docentes das Universidades Federais, pois ganhamos a Federal do Recôncavo Baiano e, mais para a frente, ganharemos a de Barreiras. Então, é possível que a Apub venha a compor uma nova organização sindical, de base estadual, para que possamos nos juntar aos colegas que estão hoje nessa oposição à Andes, e constituir um outro tipo de organização sindical.



NOVO MOVIMENTO DOCENTE

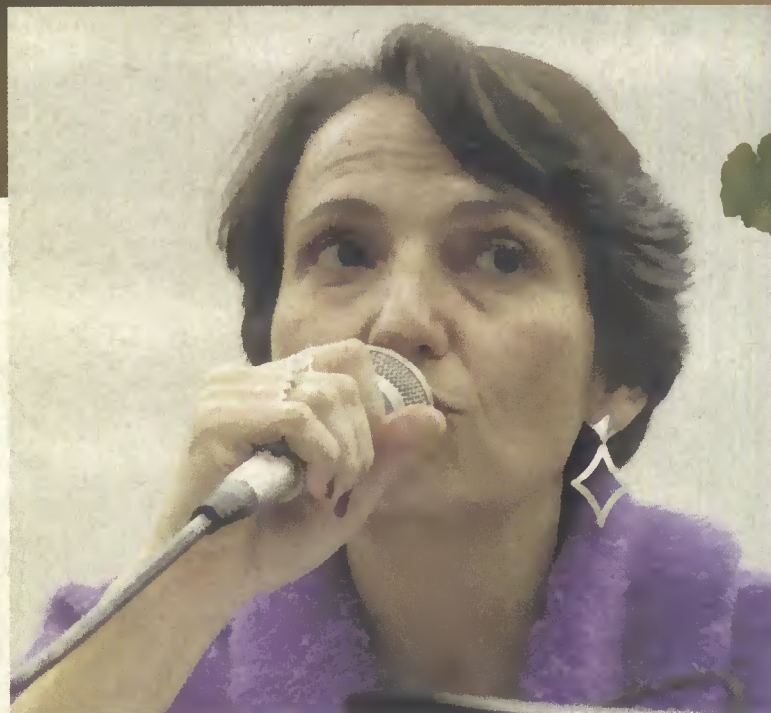
Por que discutir a relação com a Andes?

por Maria Aparecida Castro Livi

A revista Adverso fez essa pergunta a vários professores da Ufrgs, engajados no Movimento Docente, e obteve respostas similares. Nesta edição, Maria Aparecida Castro Livi, do Instituto de Informática, ex-presidente da Adufrgs e atualmente presidente do Conselho de Representantes, expõe as razões pelas quais acredita que está na hora da Adufrgs colocar em xeque a ligação com a entidade nacional.

“Em primeiro lugar porque a Andes não é sindicato. Essa é uma questão bem objetiva. Ela nasceu nessa situação, mas naquele momento o contexto era muito diferente do que é hoje. Era uma época de resistência à ditadura militar e fazia muito sentido forçar os limites. Para se conseguir alguma coisa era preciso ir contra ao que estava posto. Hoje, entendo que felizmente mudamos esse cenário e temos realmente todo um regramento jurídico diferente que faz com que a situação atual da Andes, de não sindicato, seja temerosa. Há pelo menos um caso documentado em que alguma ação foi prejudicada e não avançou devido à falta de registro sindical da Andes. Para os professores das universidades privadas, a situação é ainda mais grave, porque não dá cobertura para o dirigente sindical. Ao longo dos últimos anos, ouvi vários relatos de professores que foram demitidos por terem tentado se organizar sindicalmente. E não vejo perspectiva de mudança, porque a Andes nasceu se propondo a ser sindicato dos professores de qualquer instituição superior, bateu de frente com o Sinpro, que é anterior à ela. Por isso não vejo possibilidade da Andes rever essa posição. Estamos há anos em uma situação que, para mim, cada vez se torna mais grave e preocupante. E alguma coisa tem que ser feita. Não consigo aceitar um discurso de alguns colegas de que as coisas sempre foram assim e devem continuar sendo assim. Acho que devemos buscar novos caminhos, quando questões tão importantes quanto essa da proteção jurídica do nosso associado fica ameaçada. Um sindicato ser ou não legítimo dá para discutir. Mas do ponto de vista legal não. Ou ele tem status jurídico de sindicato ou não tem.

Esta é uma razão importante o suficiente, mas do meu ponto de vista não é a única. Há uma outra, que para mim não é menor: é que faz anos que vejo uma forma de atender supostamente os interesses dos docentes, da qual discordo profundamente. E acredito que uma parcela significativa dos docentes também está descontente com a postura de negação e enfrentamento tomada pela Andes. Isso



aconteceu na Reforma da Previdência, na Reforma Universitária e agora recentemente no Reuni. Momentos importantíssimos de discussão de toda a nossa realidade de trabalho e a Andes chamou para a negativa de qualquer interlocução, de qualquer discussão. Alguma discussão ainda aconteceu em alguns desses momentos, mas na Reforma da Previdência não.

Aqui na Adufrgs, fizemos um esforço, nos juntamos a outros segmentos do setor público, tentando encontrar pontos comuns para trabalhar, mas na hora de uma ação efetiva junto a parlamentares não íamos em frente por sermos uma parte de um todo expressivo que tinha adotado a postura de não negociar.

E completando, dentro desse quadro de questionamento da atuação da Andes, merece atenção a maneira como a entidade conduz todas as discussões dentro do setor das Ifes, dos congressos e dos grandes eventos nacionais. Até hoje, para mim, é inaceitável ter acontecido uma votação de greve do setor das federais, com participação explícita dos outros setores que não iriam fazer o movimento. Tudo por causa dessa natureza da Andes de congregar segmentos que, na minha opinião, têm interesses antagônicos. Como é o caso das universidades estaduais, municipais e até particulares votando greve para as federais.

Quando questiono a nossa participação na Andes, me pergunto: quais seriam as alternativas? Não creio que seja a transformação do Proifes em sindicato, mas é necessária uma articulação nacional, porque não podemos imaginar células isoladas dentro de um país enorme. Há uma série de questões que precisam ser discutidas nacionalmente como carreira, salários, entre outras. Dentro dessa perspectiva, o que me parece viável é uma federação, possibilidade que já vem sendo levantada por colegas de outras Ifes. Temos que pensar alternativas, não podemos ficar imobilizados dizendo isso sempre foi e sempre será assim. Já passamos do ponto da resistência e estamos há muito tempo em um ponto que não se constrói nada mais”.

Cotas na Ufrgs: vaga permanece congelada até avaliação do Ministério Público

Liminar garante vaga provisória a aluno reprovado, mas decisão não assegura a matrícula

Um candidato de 17 anos reprovado no vestibular da Ufrgs conseguiu uma liminar que garante provisoriamente sua vaga. Essa é a primeira decisão favorável a ações que procuram reverter os efeitos da reserva de vagas na universidade gaúcha. Ao tentar o ingresso no curso de Engenharia Mecânica, o adolescente ficou em 106º lugar entre 120 concorrentes, mas acabou fora do listão por não ser cotista.

Em uma decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal (TRF) da 4ª Região, a juíza Daniela Cristina de Oliveira Pertile deferiu uma liminar determinando que a Universidade não deveria oferecer a vaga do candidato reprovado para outro vestibulando até receber informações sobre o concurso e analisar o posicionamento do Ministério Público Federal (MP) sobre as cotas. Até o fechamento desta edição, o MP não havia informado a decisão. Na prática, a medida não permite a matrícula, mas deixa uma vaga congelada pelo menos até a avaliação definitiva sobre a liminar.

A Justiça Federal já negou pedido de diversos vestibulandos que queriam garantir a matrícula na Ufrgs questionando o sistema de reserva de vagas. As decisões até agora estão baseadas no princípio da autonomia universitária, previsto na Constituição. Segundo a Justiça, a destinação preferencial de vagas em universidades federais aos egressos de escola pública não é inconstitucional e pode ser feita por ato da própria universidade, independente de previsão em lei em sentido estrito.

Para o reitor José Carlos Hennemann, a Ufrgs atingiu plenamente seus objetivos de promover a inserção social através do programa de reserva de vagas. A avaliação foi feita durante balanço do vestibular 2008 realizado em janeiro. O reitor ressaltou que o resultado do programa, instituído este ano, valorizou a escola pública, já que o percentual de alunos originários dessas instituições avançou para 45%, contra os 25% de aprovados em 2007. O reitor também salientou que o número de estudantes autodeclarados negros foi três vezes superior ao do ano anterior. Para o reitor, além do acesso, o importante é criar na Universidade as condições necessárias para que os alunos permaneçam na instituição e que possam concluir seus cursos.

Apesar da polêmica em torno do primeiro vestibular com reserva de vagas na Ufrgs, o sistema de cotas vem sendo adotado em várias instituições de ensino do país. Um levantamento feito pelo Laboratório de Políticas Públicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro mostra que das universidades estaduais, 51% adotam ações afirmativas. Das federais, 42% dão, por meio de cotas ou de bonificação no vestibular, vantagens a alunos negros, pobres ou que estudaram em escola pública.

Luís Augusto Fischer recebe o Prêmio Joaquim Felizardo


Cerimônia de premiação em janeiro evidencia o professor da Ufrgs como Intelectual do Ano 2007

"É um sujeito que respeita a complexidade das coisas". Com esta frase o escritor, ensaísta e professor resumiu o que significa ser um intelectual. Em entrevista ao Caderno Cultura, do jornal Zero Hora, descreveu o próprio percurso de vida acadêmica.


"Para ser ouvido, tu tens que ter uma voz. É um truísmo, mas é importante. Na vida intelectual, tu não tens voz simplesmente porque tu existes. Tu tens voz se tu conquistas uma voz, se organizas um ponto de vista", pontuou.

Fischer nasceu em Novo Hamburgo em 1958, mas vive em Porto Alegre desde a infância. É formado em Letras pela Ufrgs e cursou também História, mas não concluiu. Tem Mestrado e Doutorado (com tese sobre Nelson Rodrigues) pela Universidade, onde leciona Literatura Brasileira desde 1985. Escreve regularmente para vários jornais, como Zero Hora, Folha de São Paulo e ABC Domingo, além de colaborar com as revistas Bravo! e Superinteressante. Entre 1993 e 1996, foi coordenador do Livro e Literatura da Secretaria Municipal de Cultura de Porto Alegre. Publicou vários livros, de contos, crônicas, ensaios e teoria literária. Seus maiores sucessos de vendas são o "Dicionário de Porto-Alegres" (1999) e o "Dicionário de Palavras e Expressões Estrangeiras" (2004). Em 2005, publicou seu primeiro texto de ficção mais longo, a novela "Quatro Negros". Desde 1999, com o professor Cláudio Moreno e a radialista Kátia Suman, Fischer organiza o Sarau Elétrico, evento que acontece todas as noites de terça-feira no Bar Ocidente, sempre com leituras de textos em torno de um tema ou de um autor, e que se tornou uma referência para a cultura de Porto Alegre.


Criado pela Secretaria Municipal da Cultura, o Prêmio Joaquim Felizardo homenageia em diversas áreas os artistas, intelectuais, fatos e patrocinadores de destacada contribuição para a cultura da cidade. Ao escolher o nome do professor Joaquim Felizardo para designar o prêmio, o secretário municipal de cultura Sérgio Gonzaga afirmou que a Secretaria da Cultura de Porto Alegre pretendia reconhecer não apenas a ação pedagógica e cultural de Felizardo na cidade, mas acima de tudo os valores humanistas que nortearam a sua existência.

 ADUFRGS – ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRGS CNPJ-MF Nº 90.757.204/0001-64	
BALANCETES – VALORES MENSAIS - 2007	
RUBRICAS / MESES	AGO
ATIVO	3.627.011,12
FINANCEIRO	3.374.006,13
DISPONÍVEL	1.056.246,33
CAIXA	1.445,15
BANCOS	20.037,46
APLICAÇÕES C/LIQUIDEZ IMEDIATA	1.034.763,72
REALIZÁVEL	2.317.759,80
APLICAÇÕES FINANCEIRAS A CURTO PRAZO	2.279.692,87
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	2.279.692,87
ADIANTAMENTOS	5.188,68
ADIANTAMENTOS A FUNCIONÁRIOS	5.188,68
OUTROS CRÉDITOS	10,47
OUTROS DEVEDORES OU CRÉDITO	10,47
DESPESAS DE EXERCÍCIOS SEGUINTE	1.731,87
PRÊMIOS DE SEGURO A VENCER	1.731,87
ESTOQUES ALMOXARIFADO	31.135,91
ATLAS AMBIENTAL	31.135,91
ATIVO PERMANENTE	253.004,99
IMOBILIZADO	240.040,61
BENS IMÓVEIS	258.103,71
BENS MÓVEIS	146.285,69
(-)DEPRECIACÕES ACUMULADAS	(164.348,79)
DIFERIDO	12.964,38
SISTEMAS PROCESSAMENTO DADOS	12.071,48
BENFEITORIAS EM BENS DE TERCEIROS	16.425,74
(-)AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	(15.532,84)

PASSIVO	3.350.016,81
PASSIVO FINANCEIRO	45.266,93
OBRIGAÇÕES OPERACIONAIS	14.626,37
OBRIGAÇÕES FISCAIS E SOCIAIS	6.389,83
CREDORES DIVERSOS	8.236,54
OBRIGAÇÕES PROVISIONADAS	30.640,56
PROVISÕES P/ENCARGOS C/PESSOAL	30.640,56
SALDO PATRIMONIAL	3.304.749,88
ATIVO LÍQUIDO REAL	2.960.080,88
SUPERAVIT ACUMULADO	344.669,00

 ADUFRGS – ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRGS CNPJ-MF Nº 90.757.204/0001-64	
BALANCETES – VALORES MENSAIS - 2007	
RUBRICAS / MESES	OUT
ATIVO	3.682.072,61
FINANCEIRO	3.432.879,56
DISPONÍVEL	1.077.514,69
CAIXA	3.346,99
BANCOS	2.364,74
APLICAÇÕES C/LIQUIDEZ IMEDIATA	1.071.802,96
REALIZÁVEL	2.355.364,87
APLICAÇÕES FINANCEIRAS A CURTO PRAZO	2.317.681,70
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	2.317.681,70
ADIANTAMENTOS	5.188,68
ADIANTAMENTOS A FUNCIONÁRIOS	5.188,68
OUTROS CRÉDITOS	10,47
OUTROS DEVEDORES OU CRÉDITO	10,47
DESPESAS DE EXERCÍCIOS SEGUINTE	1.385,49
PRÊMIOS DE SEGURO A VENCER	1.385,49
ESTOQUES ALMOXARIFADO	31.098,53
ATLAS AMBIENTAL	31.098,53
ATIVO PERMANENTE	249.193,05
IMOBILIZADO	236.811,51
BENS IMÓVEIS	258.103,71
BENS MÓVEIS	146.666,69
(-)DEPRECIACÕES ACUMULADAS	(167.958,89)
DIFERIDO	12.381,54
SISTEMAS PROCESSAMENTO DADOS	12.071,48
BENFEITORIAS EM BENS DE TERCEIROS	16.425,74
(-)AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	(16.115,68)

PASSIVO	3.353.080,84
PASSIVO FINANCEIRO	48.330,96
OBRIGAÇÕES OPERACIONAIS	10.934,67
OBRIGAÇÕES FISCAIS E SOCIAIS	6.628,18
CREDORES DIVERSOS	4.306,49
OBRIGAÇÕES PROVISIONADAS	37.396,29
PROVISÕES P/ENCARGOS C/PESSOAL	37.396,29
SALDO PATRIMONIAL	3.304.749,88
ATIVO LÍQUIDO REAL	2.960.080,88
SUPERAVIT ACUMULADO	344.669,00

 ADUFRGS – ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRGS CNPJ-MF Nº 90.757.204/0001-64	
BALANCETES – VALORES MENSAIS - 2007	
RUBRICAS / MESES	SET
ATIVO	3.659.406,82
FINANCEIRO	3.408.497,12
DISPONÍVEL	1.072.897,21
CAIXA	1.187,79
BANCOS	15.209,36
APLICAÇÕES C/LIQUIDEZ IMEDIATA	1.056.500,06
REALIZÁVEL	2.335.599,91
APLICAÇÕES FINANCEIRAS A CURTO PRAZO	2.297.706,17
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	2.297.706,17
ADIANTAMENTOS	5.188,68
ADIANTAMENTOS A FUNCIONÁRIOS	5.188,68
OUTROS CRÉDITOS	10,47
OUTROS DEVEDORES OU CRÉDITO	10,47
DESPESAS DE EXERCÍCIOS SEGUINTE	1.558,68
PRÊMIOS DE SEGURO A VENCER	1.558,68
ESTOQUES ALMOXARIFADO	31.135,91
ATLAS AMBIENTAL	31.135,91
ATIVO PERMANENTE	250.909,70
IMOBILIZADO	238.236,74
BENS IMÓVEIS	258.103,71
BENS MÓVEIS	146.285,69
(-)DEPRECIACÕES ACUMULADAS	(166.152,66)
DIFERIDO	12.672,96
SISTEMAS PROCESSAMENTO DADOS	12.071,48
BENFEITORIAS EM BENS DE TERCEIROS	16.425,74
(-)AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	(15.824,26)

PASSIVO	3.351.948,82
PASSIVO FINANCEIRO	47.198,94
OBRIGAÇÕES OPERACIONAIS	13.447,20
OBRIGAÇÕES FISCAIS E SOCIAIS	6.866,36
OBRIGAÇÕES DIVERSAS	975,00
CREDORES DIVERSOS	5.605,84
OBRIGAÇÕES PROVISIONADAS	33.751,74
PROVISÕES P/ENCARGOS C/PESSOAL	33.751,74
SALDO PATRIMONIAL	3.304.749,88
ATIVO LÍQUIDO REAL	2.960.080,88
SUPERAVIT ACUMULADO	344.669,00

Teatro

A Cia. Teatro Novo completa 40 anos em 2008 com mais de 150 espetáculos montados e 79 mil espectadores em 2007 na sede própria do DC Shopping, em Porto Alegre.

Em maio, a Cia. estréia a peça Ópera de Sangue. Escrita em 1993, subirá ao palco como uma ópera pop, onde atores, cantores e bailarinos mostrarão ao público música e dança, além de efeitos especiais. Na trama, o vampiro Cristan e seu criado Ekiminus enfrentarão a fúria vampiresca, liderados por Hirga. Mas a donzela Evelyn mudará o rumo desta história. O texto e a direção são de Ronald Raddé que teve seus textos principais (Transe, Apaga a Luz e Faz de Conta Que Estamos Bêbados e B... Em Cadeira de Rodas) montados no Brasil e no exterior. No elenco: Leonel Radde, Álvaro RosaCosta, Ellen D'avila e Tássia Pfeifer.

Este é o espaço dos convênios Adufrgs, com informações atualizadas e dicas para você e sua família. Faça já sua carteirinha de sócio! Entre na página eletrônica, acesse o link "Convênios", consulte a lista e aproveite todas as oportunidades que a Adufrgs lhe oferece.

Convênios

CULTURA E ENTRETENIMENTO

Cinemas *

Arteplex

Ingressos a R\$ 6,50, válidos para todos os dias e sessões

www.unibancoarteplex.com.br

GNC

Ingressos a R\$ 7 válidos para todos os dias e sessões

www.gnccinemas.com.br

Guion

Ingressos a R\$ 7 válidos para todos os dias e sessões

www.guion.com.br

Casa de Artes Baka

Desconto de 15% em todas as atividades

Rua da República, 139, Cidade Baixa

(51) 3226.3052

Centro Cultural Usina do Gasômetro

Desconto de 50% em espetáculos de teatro, dança, música e oficinas (exceto cinema).

Av. João Goulart, 551, Centro

(51) 3212.5979

www2.portoalegre.rs.gov.br/smc

Companhia Teatro Novo

Desconto de até 20% para associados e familiares nas peças montadas pela Companhia.

Shopping DC Navegantes

Rua Frederico Mentz, 1561

(51) 3374.7626

FCG – Foto Cine Clube Gaúcho / Cursos

Desconto de 20%

Rua Dr. Flores, 98, salas 81 e 82, Centro

(51) 3224.7655

www.fcg.art.br

Santander Cultural

Desconto de 20% nas programações de cinema e música (sujeito a lotação das atividades nas salas e no átrio)

(51) 3287.5500

(51) 3287.5726

www.santandercultural.com.br

Studio Clio

Desconto de 10%, além do percentual que já é concedido a professores.

Rua José do Patrocínio, 698, Cidade Baixa

(51) 3254.7200

www.studioclio.com.br

* Ingressos para cinema estão à venda nas sedes da Adufrgs (Cidade Baixa e Campus do Vale)

Termos firmados serão cumpridos

Reunião das Entidades de Servidores Federais com Paulo Bernardo indica cumprimento das negociações por parte do Governo

Apesar das afirmações do Secretário do Ensino Superior, professor Ronaldo Mota, e do Secretário de Recursos Humanos do MPOG, Duvanier Paiva no sentido de que os Termos de Acordo e de Compromisso firmados com os docentes serão cumpridos, a aprovação do fim da CPMF tem causado turbulência nas negociações, tanto dos docentes do ensino básico, ainda em curso, quanto dos docentes do ensino superior, que, embora encerradas, demandam o envio, pelo Governo, de instrumento legal ao Congresso Nacional.

Em reunião das Entidades de Servidores Federais com Paulo Bernardo em 30 de janeiro, o Ministro do Planejamento expôs as dificuldades orçamentárias do Governo com a rejeição da CPMF, mas afirmou a disposição de continuar negociando com as entidades, "cumprindo os acordos, após repactuação dos mesmos". O Proifes, representado por Gil Vicente Reis de Figueiredo e pelo Presidente da Adufrgs Eduardo Rolim de Oliveira, questionou o significado da "repactuação" e defendeu o cumprimento das negociações feitas. É importante ressaltar que o MPOG informou ao Proifes que considera os dois acordos assinados pela entidade (o Termo de Acordo dos docentes do ensino superior e o Termo de Compromisso do ensino básico), como negociações concluídas e que deverão ser cumpridos, nos moldes propostos. A reunião contou com a presença de mais de 20 entidades de Servidores Públicos Federais. As universidades foram representadas pelo Proifes e pela Fasubra.

Quanto às reivindicações do ensino médio, o Governo enviou, no dia 22 de janeiro, texto contendo "subsídios para a implementação do Termo de Compromisso". No entanto, a proposta foi considerada insuficiente pela Diretoria do Proifes, por não contemplar o princípio da isonomia de vencimentos entre docentes do ensino superior e do ensino básico de iguais qualificações, classes, níveis e regimes de trabalho, conforme defendido pela entidade. Além disso, o documento foi acompanhado de tabelas que continham diversas incongruências, tais como remunerações totais diferentes para ativos e aposentados, situação essa já superada há tempos, no caso dos docentes do ensino básico das Ifes. Alertado sobre os problemas existentes, o Governo informou que as tabelas enviadas deveriam ser desconsideradas, e avisou que remeteria novas tabelas em breve.

Voto não é democracia

“A improvisação de curiosos em competentes”¹

Círio Simon

professor aposentado do Instituto de Artes da Ufrgs

A democracia foi corrompida a partir do seu portal de entrada. Esta corrupção efetivou-se através do pseudo-voto. A “corrupção dos ótimos é péssima” diziam os latinos. A corrupção do ótimo – da democracia – constitui, no seu princípio e na sua raiz, um péssimo governo.

O voto se tornou uma trampa na qual perecem as melhores intenções. As boas intenções de curiosos eleitos, por maior que seja a sua boa vontade e persistência, arrastam todos os subordinados para a trampa generalizada de uma democracia corrompida. Basta ler Guimarães Rosa²: “Querer o bem com demais força e de incerto jeito, pode já estar sendo se querendo o mal por principiar. Esses homens! Todos puxavam o mundo para si, para concertar consertando. Mas cada um só vê e entende as coisas dum seu modo”

O voto corrompido tornou-se um ídolo. Todo ídolo possui os seus profetas, sacerdotes e sacerdotisas. Os profetas da democracia já morreram há muito tempo e, como bons profetas, não escreveram. Ou, se escreveram, pouco dizem para a atual infra-estrutura da era da informação digital numérica.

Os sacerdotes e sacerdotisas, em nome da democracia, constituem corporações que conduzem e armam esquemas para eleger pessoas comprometidas com os interesses da corporação e dos eleitos, corrompendo o espaço público até o cerne. Este corporativismo manifesta-se pelo mais descarado populismo que é praga endêmica na América Latina, substituiu e continua todas as formas de colonialismo e de escravidão oficial.

No populismo, o voto foi reduzido a um ritual obrigatório que deve ser conduzido com todo cerimonial de uma corte ao melhor estilo dos faraós, imperadores e ditadores de toda a ordem. Para este corporativismo, as ruas se transformam em templos nos quais fazem desfilar os seus ídolos. Sacerdotes – do voto corrompido – apregoam com as trombetas do *marketing* vantagens impossíveis. Um arsenal de ícones transforma os candidatos em santinhos. Os ouvidos dos eleitores potenciais são bombardeados pelos sons de jingles os mais estridentes e repetitivos.

Aos eleitos – por meio deste ritual – cobra-se, depois, a fidelidade ao voto dado pelo eleitor. Mas a fidelidade do eleitor jamais é cobrada. Pudera. Ele não é eleitor, mas um perpétuo enganado. Diante desta infidelidade do eleitor, pergunta-se: Por que o eleito necessita ser fiel aos seus eleitores? O contrato entre eleitor e eleito cessa no ritual do voto, no sistema atual.

É impossível falar de contrato – entre eleitor e eleito – quando o eleitor é obrigado a votar. Submetido ao VOTO OBRIGATÓRIO, o eleitor encontra-se na mais profunda heteronomia. Apenas a autonomia da vontade confere sanção moral aos atos humanos. O eleitor não tem

mais nada a fazer, senão varrer de sua memória a humilhação a que foi submetido na heteronomia de sua vontade por meio do ritual do VOTO OBRIGATÓRIO. O eleitor possui o direito de apagar toda a fidelidade ao eleito quando percebe ter sido vítima de um voto corrompido por interesses alheios. A memória da humilhação pública, a que foi submetido pelo pseudo-voto, é algo incômodo. O voto corrompido atrapalha mais do que ajuda a vida democrática.

Onde se encontra a essência da vida na democracia? A vida na democracia circula no poder originário, quando este possui voz e vez. O poder originário possui voz e vez quando este exerce o seu papel numa democracia. Este papel consiste, entre outras coisas, na autorização que confere, ou não, para que pessoas qualificadas exerçam – por um tempo determinado – as FUNÇÕES de um cargo público. O próprio cargo público existe na autorização do poder originário e para funções com vistas à governabilidade de uma sociedade. Um cargo público jamais existe para que o seu ocupante socialize prejuízos e embolse lucros pessoais.

A democracia não é apenas uma homeostase bipolar entre duas forças antagônicas. A homeostase, que mantém uma democracia, é múltipla, envolve transformações profundas e verdadeiras entre quem cede e quem recebe o poder como autoridade. Esta homeostase múltipla envolve a interação entre votante e votado, a transformação do poder em autoridade, o equilíbrio é continuado do EU que renuncia o seu poder pessoal em favor do OUTRO autorizado a exercê-lo para além do momento do ritual do voto.

A falta destes contratos profundos e verdadeiros – entre quem cede e quem recebe o poder como autoridade – faz com que esta autoridade torne inútil para as funções públicas. Torne-se débil nos seus atos governamentais e passe a se preocupar apenas em socializar prejuízos e embolsar lucros pessoais. Esta pseudo-autoridade cai na mais absoluta heteronomia da vontade própria e do poder originário. Poder originário neutralizado que a instituiu num ritual de um voto corrompido pela heteronomia da vontade, pois não é nada mais do que um ritual conduzido pelos sacerdotes e sacerdotisas do corporativismo interesseiro.



1. Francisco Campos, Boletim do Mesp, Rio de Janeiro, ano 1, nºs 1 e 2, jan-jun, 1931, p.5 2. Guimarães Rosa, João. Grande Sertão: Veredas, Rio de Janeiro, José Olympio, 1963, p.1

Os temas PODER ORIGINÁRIO e PRÁTICA DEMOCRÁTICA são desenvolvidos no site www.ciriosimon.pro.br

Macacos também pagam por sexo



Um estudo realizado em Cingapura aponta que pagar por sexo não é uma prática exclusiva dos humanos. De acordo com os pesquisadores, macacos machos também pagam para ter relações sexuais, utilizando uma espécie de trabalho manual de limpeza como moeda de troca. A descoberta é de Michael Gumert, da Nanyang Technological University, em Cingapura. Ele estudou 50 macacos de rabo longo durante 20 meses em Kalimantan Tengah, na Indonésia.

Segundo o cientista, as fêmeas dessa espécie fazem sexo cerca de 1,5 vez por hora. Mas esse índice crescia para 3,5 vezes por hora imediatamente depois que a fêmea recebia o ato "caridoso" do macho em limpar e afagar-lhe os pêlos. Em geral, a fêmea escolhia se relacionar com o macho que se encarregava da limpeza.

E os macacos, quem diria, também agem de acordo com a relação entre oferta e demanda nesse caso. Se há muitas fêmeas na área, o custo pela relação sexual caía drasticamente. Com apenas oito minutos de trabalho, o macho já conseguia "comprar" sua fêmea. Mas se não houvesse outras fêmeas ao redor, ele tinha que tirar lêmbeas do pêlo da fêmea por pelo menos 16 minutos até conseguir iniciar a relação sexual.

De acordo com a revista New Scientist, onde o estudo foi publicado, o trabalho reforça a teoria de que forças econômicas podem explicar comportamentos sociais, inclusive entre os humanos.

(Fonte: Folha Online)

O Brasil anti-semita no Holocausto

O Leer (Laboratório de Estudos sobre Etnicidade, Racismo e Discriminação), vinculado à USP, planeja lançar até julho um banco de dados na internet com registros sobre o Holocausto do ponto de vista brasileiro. Segundo os pesquisadores, os documentos revelam uma postura anti-semita do Brasil durante o período, quando o governo negou vistos de entrada a muitos judeus apátridas de diversas nacionalidades que tentavam fugir da Europa.

De acordo com a historiadora Maria Luiza Tucci Carneiro, coordenadora do projeto, a intenção é permitir que os internautas conheçam melhor a posição brasileira diante do Holocausto, durante o primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-45) e de Eurico Gaspar Dutra (1946-51). Ela afirma que o Brasil preparou diversos dossiês com conteúdo anti-semita, alguns deles inclusive de autoria de ministros, que pediam "medidas repressivas" contra a entrada de judeus no País. Há ainda documentos emitidos por diplomatas brasileiros no exterior, que detalham o cotidiano de cidades como Berlim e Hamburgo durante a vigência do regime Nazista, nas décadas de 30 e 40. As informações foram coletadas em fontes como o Arquivo do Itamaraty, a Biblioteca Nacional, o Fundo Dops, além de bibliotecas de Portugal, França, Itália, Alemanha, Estados Unidos e Israel. (Fonte: Folha Online)

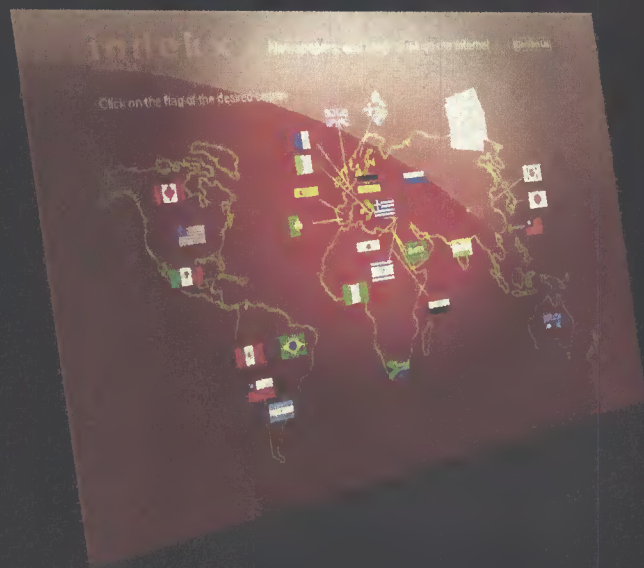
Capacidade intelectual pode aumentar com idade

Pesquisa conduzida pelo dinamarquês Lars Larsen, da Universidade de Aarhus, indica que a inteligência se mantém estável após os 20 anos de idade e em alguns casos pode até aumentar com o passar dos anos, o que contradiz a teoria de que a capacidade intelectual está em seu auge durante a juventude, entre os 18 e os 26 anos de idade.

O estudo foi baseado nos dados de 4,3 mil ex-soldados americanos, que passaram por uma bateria de testes de inteligência ao entrar no serviço militar, por volta dos 20 anos. Os mesmos soldados, todos veteranos da Guerra do Vietnã, foram submetidos a novos testes duas décadas depois e os resultados mostraram que a capacidade aritmética estava inalterada, em vez de ter reduzido com a idade, e a habilidade verbal melhorou consideravelmente. Segundo o pesquisador, com o aumento da experiência de vida e com os desafios que se encontra pela frente, as pessoas desenvolvem mais destreza verbal para descrever seu mundo e lidar com as diferentes situações.

Publicado na revista acadêmica Intelligence, este estudo faz parte de uma revolução na pesquisa sobre a inteligência, e abre caminho para mudanças na concepção de empregadores e instituições educacionais sobre a inclusão em seus quadros de pessoas com idade mais avançada. (Fonte: BBC Brasil)

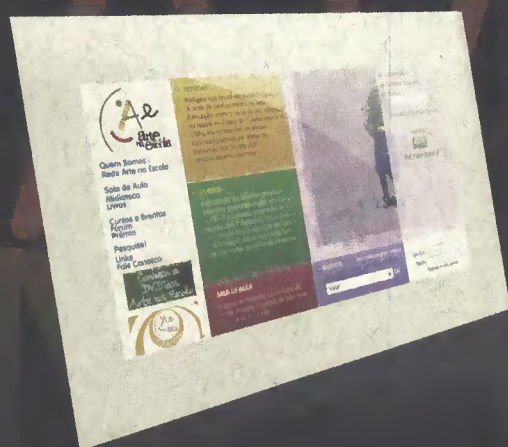
www.indekx.com



As notícias do mundo a um clique de distância

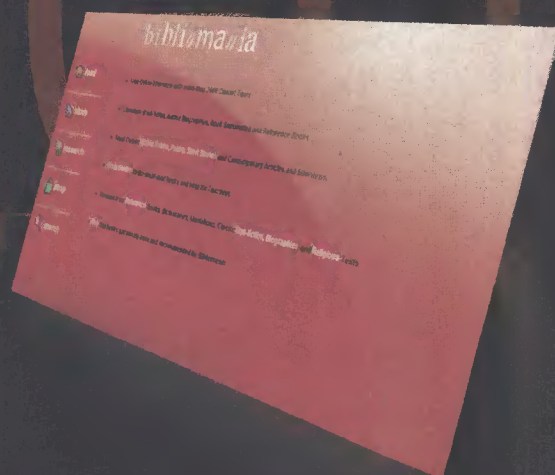
Através da *internet*, é possível saber como jornais do mundo todo noticiaram os fatos do dia. O *Washington Post*, jornal estadunidense que ganhou fama mundial no começo dos anos setenta pela investigação do caso *Watergate*, realizada pelos repórteres *Bob Woodward* e *Carl Bernstein* e grande responsável pelo fim do mandato de Nixon na presidência. O *New York Times*, um dos maiores jornais de circulação diária, publicado na cidade de Nova Iorque e distribuído nos Estados Unidos e em muitos outros países. O *Independent*, diário britânico do partido liberal. Ou o *Guardian*, jornal de centro-esquerda que circula de segunda a sábado na Inglaterra. O *Diario Clarín*, periódico de maior circulação da Argentina, além do *Página 12*, recheado com algumas das melhores charges da América Latina.

Todas estas publicações estão espalhadas pelos respectivos continentes em um grande mapa na página de abertura do Indexx. Revistas israelenses, jornais libaneses, diversas edições de jornais da África do Sul, as notícias publicadas na Austrália, na China ou no México. O clique sobre a bandeira de cada país leva à página que oferece a lista das publicações. A partir daí, é aproveitar as páginas eletrônicas oficiais de cada jornal ou revista do mundo todo.



www.artenaescola.org.br

Página do Instituto Arte na Escola, criado em 1989 pela Fundação Iochpe. Através de uma parceria com o Governo Federal, o Instituto incentiva e qualifica o ensino da arte. "Como premissa que a arte, enquanto objeto do saber, desenvolve no aluno a habilidade perceptiva, a capacidade reflexiva e a formação de consciência crítica, não se limitando à auto-expressão e à criatividade", explica a apresentação do projeto.



www.bibliomania.com

A página em inglês oferece grande acervo de pesquisas acadêmicas, livros e artigos para leitura. É possível pesquisar, ler e até comprar as obras completas. Além disso, são diversos contos, poemas, peças teatrais e livros escritos especialmente para a internet (os chamados *e-books*) todos com acesso gratuito pelo espaço virtual.



Dicionário de Figuras e Mitos Literários das Américas

Zilá Bernd
(organizadora)
Tomo Editorial e
Ufrgs Editora
704 páginas
R\$ 80

As figuras, os mitos, os espaços simbólicos e as utopias que compõem o imaginário coletivo americano, inscrito nas narrativas das três Américas, foram selecionados e descritos na tentativa de desvelar sua especificidade.

Este dicionário corresponde a uma tentativa de cartografar o imaginário coletivo das Américas, apresentando em ordem alfabética as figuras e os mitos, mas também procurando mostrar que eles pertencem a conjuntos maiores que chamamos de constelações. É um poderoso auxiliar de leitura e instrumento eficaz para as áreas da literatura comparada, das literaturas estrangeiras modernas e brasileira, abrindo caminho para uma melhor compreensão das relações culturais e literárias interamericanas.

Além dos mitos propriamente ditos, foram incluídos no livro lugares

simbólicos. As utopias americanas são reveladoras dos projetos, das fantasias e até mesmo dos delírios de seus idealizadores, mas contribuem de maneira decisiva para se alcançar o objetivo maior a que se propõe o Dicionário, que é o de desvendar o imaginário das Américas, abrindo vias para o estudo comparado inter e transamericano.

Obra inédita, uma vez que até então havia apenas traduções de obras européias como o *Dicionário de Mitos Literários*, organizado por Pierre Brunel (1997), centrado no imaginário greco-latino e europeu.

São Miguel e Rincão dos Martimianos Ancestralidade Negra e Direitos Territoriais

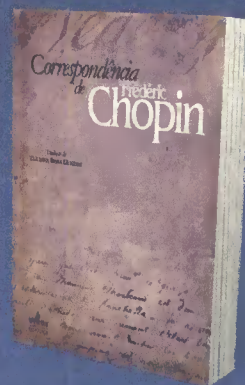
José Carlos Gomes
dos Anjos
Sérgio Baptista da
Silva (organizadores)
Ufrgs Editora
248 páginas
R\$ 10



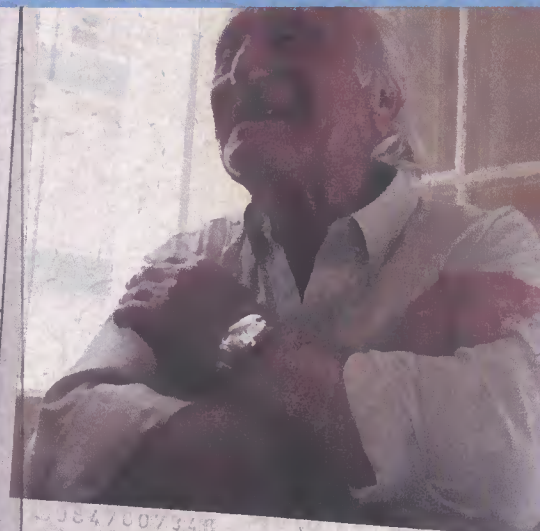
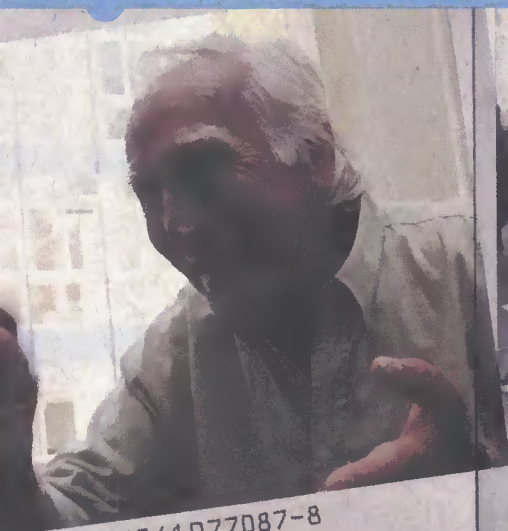
Este livro tem como um de seus principais objetivos tornar visíveis dois espaços da etnia negra localizados no município de Restinga Seca, na região central do Rio Grande do Sul. A publicação dos dois laudos periciais socioantropológicos sobre as comunidades negras rurais de São Miguel e de Rincão dos Martimianos pretende dar visibilidade a essas identidades singulares, fundadas no passado escravista. Neste contexto, o termo quilombo é visto como um conceito que auxilia na compreensão de como grupos negros atuais resistem através da reprodução dos seus modos de vida singulares e na afirmação de um território próprio.

Correspondência de Frederic Chopin

Zuleika Rosa Guedes
(tradutora)
Ufrgs Editora
704 páginas
R\$ 61



A obra *Correspondance* de Frédéric Chopin é uma tradução inédita no Brasil, cujo original foi publicado em 1981, em Paris, por Richard-Masse Éditeurs, em três volumes. A fim de viabilizar esta edição condensada em um único volume, foi necessária a supressão de algumas informações constantes da edição francesa. Como em sua obra original, a excepcional personalidade de Chopin explode na sua correspondência. Escritas ao correr da pena, sem cuidados com a posteridade, suas cartas, espontâneas e vibrantes, não apresentam jamais nada de convencional. Elas são o reflexo de sua alma; uma alma reta e firme.



“A Aurelio González, pela confiança de que haveria futuro”

por Clarissa Pont
fotos Eduardo Seidl

A inscrição está na parede da sala de Aurelio e a homenagem é da Associação de Imprensa do Uruguai. O fotógrafo uruguaio produziu, entre as décadas de 50 e 70, cerca de 70 mil instantâneos para o jornal comunista *El Popular*. Nas imagens, estão histórias de luta da sociedade uruguaia até o início da ditadura, quando o próprio Aurelio foi obrigado a deixar o país. Antes de partir, escondeu todos os negativos entre dois andares do Edifício Lapido, em Montevideo, onde funcionava o periódico. Não poderia imaginar que o lugar sofreria uma grande reforma durante o exílio no México. Na volta, nada encontrou. A história poderia terminar aí se, em 2006, Aurelio não tivesse reencontrado de forma mágica, como ele define, a história do país, que se confunde com a dele próprio.

“Sou um espanhol nascido em Marrocos que chegou aqui de *polizón* no Andrea C”, assim Aurelio define a própria nacionalidade e resume a chegada no Uruguai, trazido clandestinamente no navio italiano que atracou no Puerto Marítimo de Montevideo no dia 14 de novembro de 1952. Aurelio desembarcou na capital uruguaia com a roupa do corpo e nenhum documento no bolso. Rodou a cidade durante uma semana até que, na Avenida 18 de Julio, viu o letreiro da Casa de Espanha e um cartaz que convidava para um ato político. Ali, encontrou os seus: um grupo de espanhóis antifranquistas. “Além da solidariedade, consegui um lugar para viver, me arrumaram trabalho. Havia um senhor espanhol chamado Lucio, que precisava de cuidados. Tuberculoso e fotógrafo. Cuidei dele e ele me ensinou a fotografar”.

Das reuniões antifranquistas até o fotojornalismo militante para o Partido Comunista uruguaio, foi um pulo. Em 54, Aurelio começou a trabalhar no *Justicia*, periódico oficial do partido. “Comecei a colaborar. Fazia fotos e entregava fotos. Tinha aprendido a fazê-las, mas não era fotógrafo de imprensa, estava só aí, fotografando e revelando”. Logo veio o *El Popular*, diário sucessor do *Justicia* que nasceu com o objetivo claro de dar voz e imagem “àquelas pessoas pobres do Uruguai, a gente que vivia do seu salário, de seu trabalho”. Aurelio estava lá, câmera em punho, nas greves, nos sindicatos, com os trabalhadores. As Zenits chegavam de presente da União Soviética. “Deixavam muito a desejar. Como não tínhamos outras, sacávamos as fotos mesmo assim”. A situação só melhorou quando a Alemanha Oriental começou a fabricar as Prakticas. Os filmes Kodak eram comprados em rolos de 30 metros e chegavam em latas.

Em 27 de junho de 1973, o presidente uruguaio Juan María Bordaberry, apoiado por militares, decretou a dissolução do parlamento e a instalação de um Conselho de Estado. A ditadura militar no Uruguai seguia o exemplo do que acontecia em toda América Latina. Desde então, o diretor do *El Popular* e Aurelio, então chefe da fotografia, procuravam um esconderijo para os arquivos do jornal.

“Os 70 mil negativos estavam perdidos”

Edifício Lapido, esquina da Avenida 18 de Julio com a Rua Rio Branco, centro de Montevideo. No dia 6 de julho de 1973, Aurelio se esgueirou entre o térreo e o primeiro andar da construção com 70 mil negativos dispostos entre latas de filme Kodak e uma grande mala de couro. Três dias depois de Aurelio garantir o esconderijo para o arquivo fotográfico, as forças armadas invadiram a redação do *El Popular*. Aurelio foi preso, solto e passou ainda três anos em Montevideo, com medo da própria sombra. Carregava consigo apenas os rolos de filme da Greve Geral, convocada pela *Convención Nacional de Trabajadores*, espécie de central sindical uruguaia, que repercutiu com ocupações de locais de trabalho, escolas, universidades, hospitais, fábricas e comércio. Durante quinze dias, os trabalhadores sustentaram uma das mais firmes e prolongadas ações contra a máquina de ditaduras que avançava sobre o território latinoamericano. “Três anos depois, quando saí para o exílio no México, levei estes negativos comigo. Eles foram a minha denúncia do que estava acontecendo no Uruguai”. O exílio de Aurelio no México durou nove anos.

“Quando retornei a Montevideo, fui ver se o Lapido ainda existia. O prédio estava lá, passei a mão em uma parede e perguntei se nosso segredo estava bem guardado. Treze anos depois, era como se o prédio

fosse uma noiva que eu havia deixado por todos aqueles anos e agora reencontrava". Quando Aurelio entrou nas galerias comerciais que formavam o andar térreo, o susto. Depois de uma reforma, o térreo inteiro estava transformado em uma garagem. "Fiquei mudo. Subi no andar de cima e fui procurar o lugar onde estavam escondidas as latas. Não encontrei nada, 70 mil fotogramas perdidos. Todo o arquivo do periódico, de 1954 até 1973. Depois comecei a pensar que uma coisa dessas não poderia desaparecer assim. Minha política era perguntar aos conhecidos, amigos que haviam ficado no Uruguai: Ouviram falar de alguém que encontrou uns negativos? Eu falava que havia escondido, mas não contava onde. Dizia que não lembrava e sempre que encontrava alguém, voltava com esse assunto".

Em março de 2006, o Centro Municipal de Fotografia e a Prefeitura de Montevideo organizaram uma exposição em homenagem a Aurelio. As principais fotos que seriam ampliadas eram as da Greve Geral. Aurelio passava bastante tempo no Centro, organizando o arquivo e selecionando fotos para a exposição. "Eu estava lá trabalhando, quando vi que todos os fotógrafos pararam como se recebessem uma autoridade". Era o prefeito de Montevideo, Ricardo Ehrlich. "Eu disse a ele que precisava de um favor, queria marcar uma reunião". Ehrlich, surpreso, pediu que um assessor marcasse com Aurelio a reunião. O fotógrafo não explicou o motivo, Ehrlich tampouco perguntou. "Depois, todos me perguntavam o que eu queria com o prefeito. Conte a história dos negativos que estavam extraviados desde 73. Eu queria plantear com o Ehrlich uma autorização para colocar abaixo aquele prédio. Todos riram. Na verdade, queria permissão para esburacar a reforma e tentar encontrar alguma coisa".

No mesmo dia, Gabriel Garcia, fotógrafo, deixou o Centro com a história de Aurelio na cabeça. Encontrou Pablo La Rosa, fotógrafo do *El Observador* de Montevideo, e reproduziu o que acabara de ouvir. "A redação do *Popular* era no Lapidó, não? Meu irmão costumava guardar o carro na garagem e contou que um menino lhe disse que havia encontrado uma lata com negativos ali. Não será isso?", disse Pablo. Os dois seguiram juntos até a esquina da 18 de Julio com a Rio Branco e perguntaram pelo menino que trabalhava ali e encontraram uma lata de filmes Kodak. Quique, por final, trabalhava em outro estacionamento, a poucos passos dali. A lata estava enrolada em uma sacola plástica dentro da mochila de Quique. Gabriel abriu o rolo e colocou contra a luz. Eram imagens de manifestações. Eram os negativos de Aurelio.

Ninguém teve coragem de telefonar. "Eles achavam que eu ia ter um troço. No dia seguinte, fui até o Centro trabalhar nas fotos da exposição e estavam todos me esperando. Puxaram uma cadeira e me disseram para sentar. Disseram: Aurelio, Gabriel saiu ontem e encontrou o arquivo do *Popular*". As latas e alguns negativos soltos foram encontrados em um duto de ventilação, longe de onde Aurelio os tinha escondido na década de 70. O que aconteceu no Edifício Lapidó neste intermezzo, ninguém sabe. Aurelio gosta de imaginar. Criou para si a figura mítica do homem que escondeu seu segredo melhor que ele próprio e salvou os negativos. "Imagine que você é um trabalhador da construção civil, durante a ditadura militar. Vai fazer uma parede e encontra latas e uma mala fechada. O que você iria pensar? Aqui há um tesouro! Imagine a decepção deste homem quando abriu a mala e as latas e encontrou apenas negativos. Mas este operário pensou em todos outros trabalhadores durante a ditadura e pensou 'aqui existia a redação de um jornal, que se chamava *El Popular* e esses negativos não estão aqui por acaso. Vou escondê-los ainda melhor, porque esta parede será modificada".

O resgate das latas e dos rolos que estavam soltos foi complicado. Gabriel e Aurelio pescaram cada lata com um imã preso no final de um cabo. "No primeiro dia, resgatamos 47 latas cheias de negativos. Abri a primeira e encontrei o rosto de um companheiro que trabalhava comigo, a ditadura o manteve sete anos preso. Quando vi Ismael era como se estivéssemos conversando". O dono do estacionamento impediu que Aurelio seguisse retirando as latas. Depois de intensas negociações, que contaram com a ajuda do prefeito Ricardo Ehrlich, o grupo conseguiu voltar ao Lapidó. Alguns negativos permanecem no duto. "Faltam alguns muito importantes. Muitos foram recuperados, mas a visita do Che a Punta de Leste que eu acompanhei por quinze dias não foi encontrada, as fotos de quando Fidel esteve em Montevideo, em 1959. No Centro Municipal, existem ainda muitos negativos nos quais não posso nem tocar, eles estão trazendo gente especial com líquidos especiais para tratar os rolos que estavam soltos no duto. Tudo que estava dentro das latas se manteve intacto".

"É uma história romântica. Nem todos os dias alguém consegue resgatar a história do próprio país em imagens. E nós conseguimos isso". Aurelio tem razão. "Esses negativos têm amor, eu tenho carinho por eles. As forças da repressão me pegaram por poucos dias, o que eles queriam era o arquivo do *El Popular*. E eu dizia que não sabia onde estava. Asseguro a ti que se me dissessem para escolher entre os negativos ou a vida, eu sentiria como se estivesse entregando meu filho ou minha mulher. Esses negativos têm alma", completa.

Fundo Privado El Popular



+ 1 filme

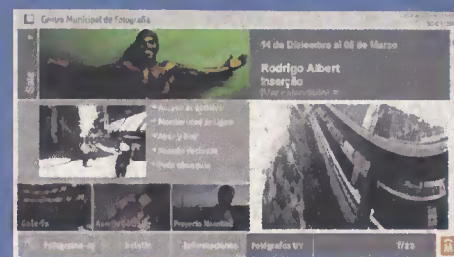
Al pie Del árbol Blanco

O documentário uruguaio conta a história de Aurelio González. No filme de 64 minutos, estão as imagens gravadas na tarde do reencontro do fotógrafo com os negativos. A produção é do Centro Municipal de Fotografia de Montevideo e a direção é de Juan Alvarez.

Foto: Pablo La Rosa

+ 1 site
WWW.

montevideo.gub.uy/fotografia



A página eletrônica é do Centro Municipal de Fotografía de Montevideo (CMDF). Desde dezembro de 2006, o CMDF colocou em prática uma cadeia de trabalho destinada a conservar, documentar, editar e digitalizar o Fundo Privado *El Popular*, principalmente para que esteja à disposição do público. Até o momento, já foram documentadas quase cinco mil fotografias, das mais de 48 mil que compõem o Fundo.

+ 1 frase

"No Uruguai, temos muitos desaparecidos, homens, mulheres e crianças que foram assassinados pela ditadura. A justiça não podia fazer nada. Com o governo do Tabaré Vasquez, veio a iniciativa de ir procurar os corpos, os documentos do período de repressão. Dos primeiros a serem encontrados, estão os restos de Chávez Sosa, um obreiro metalúrgico. E aí acontece algo misterioso. Encontram os restos de Sosa e, no dia seguinte, aparecem os negativos. Como que dizendo somos todos desaparecidos e estamos aqui com a nossa história. Aí estava a história do nosso povo".

+ 1 Foto

FOTOS: Fundo Privado El Popular



Manifestação de trabalhadores da indústria têxtil, na rua Sarandí, em 1965. Uma das imagens do arquivo do *El Popular* que estavam escondidas no Edifício Lapido.

Aurelio fala sobre o enterro dos restos de Ubagesner Chávez Sosa, militante do Partido Comunista desaparecido em 1976

a história

DE QUEM FAZ



O ano de 2008 será marcado pelas comemorações dos 30 anos da Adufrgs. A idéia é convergir histórias, lembranças e materiais que cada docente guarda em uma memória coletiva da Associação. Em 2004, o aniversário de 25 anos virou livro, pelas mãos do professor de História Benito Bisso Schmidt e de

três bolsistas, Jonas Vargas, Marcos Vinícius Rosa e Cássia Silveira. O lançamento do livro Adufrgs 25 anos: história e memórias aconteceu durante o inverno deste ano, junto à exposição homônima que reuniu e emocionou a todos.

